

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

DANIELLE CORREIA SANTANA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORMAÇÃO DOS ALUNOS DOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA
ESTADUAL MARCONDES DE SOUZA – MUQUI/ES**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

DANIELLE CORREIA SANTANA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORMAÇÃO DOS ALUNOS DOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA
ESTADUAL MARCONDES DE SOUZA – MUQUI/ES

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia
e Educação da Faculdade Vale do Cricaré,
como requisito parcial para obtenção de título
de Mestre em Ciência, Educação e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Maria da Costa
Barreto.

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S232e

Santana, Danielle Correia.

Educação patrimonial: formação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES / Danielle Correia Santana – São Mateus - ES, 2020.

74 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Educação patrimonial. 2. Preservação. 3. Ensino fundamental II. 4. Muqui - ES. I. Barreto, Sônia Maria da Costa. II. Título.

CDD: 371.38

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

DANIELLE CORREIA SANTANA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORMAÇÃO DOS ALUNOS DOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA
ESTADUAL MARCONDES DE SOUZA - MUQUI/ES**

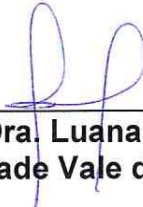
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Thiago Nunes Soares
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Dedico este estudo a Deus, minha fortaleza.

À minha família, meu porto seguro.

“E aprendi que se depende sempre

De tanta, muita, diferente gente

Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.

É tão bonito quando a gente entende

Que a gente é tanta gente

Onde quer que a gente vá.

É tão bonito quando a gente sente

Que nunca está sozinho

Por mais que pense estar...”

(Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me consentir realizar esse grande sonho, e a Nossa Senhora, por todo cuidado de mãe. Ainda não descobri o que eu fiz para merecer tanto.

Aos meus pais (*in memoriam*), por todos os valores e ensinamentos. Apesar da distância, nunca deixaram de me amar. Fátima e Atanael, meu amor eterno!

À minha princesa Cecília, por tanta compreensão e amor incondicional, espero de agora em diante compensá-la das horas de atenção e brincadeira que lhe devo. Filha, inúmeras vezes durante a madrugada, após concluir um trabalho, fui até seu quarto para renovar minhas forças. Você é meu maior e melhor presente, o reflexo primoroso da existência divina!

Ao meu marido, Gleydson, pelo companheirismo, apoio incondicional e todo cuidado com a nossa filha durante a minha ausência. Você é especial!

Ao meu irmão Renato, à minha cunhada Ana Lúcia e às minhas sobrinhas Kamilla e Maria Clara, pela disponibilidade e pelo apoio. Vocês são essenciais!

Ao meu irmão Evandro, por acreditar, confiar e embarcar comigo nesse sonho. Gratidão!

À minha orientadora, Dr^a Sônia Maria da Costa Barreto, pela disponibilidade e oportunidade de concretizar este trabalho. Obrigada pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes quando precisei. Muito obrigada por tudo!

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento, em especial a minha grande amiga de caminhada e oração, Fabianna Santana.

Este caminho só foi possível com a ajuda, a força e o incentivo de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde vens” (Provérbio africano).

RESUMO

SANTANA, DANIELLE CORREIA. **Educação patrimonial: formação dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES**. 2020. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

A Educação Patrimonial, em termos conceituais, consiste em importante ferramenta de alfabetização cultural, tendo em vista que é capaz de estabelecer relevante diálogo entre o ensino e a vasta temática do patrimônio cultural, conforme aduzem Horta, Grunberg e Monteiro (1999). O estudo tem como objetivo analisar o processo educativo de valorização do patrimônio histórico e a Educação Patrimonial para os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Marcondes de Souza, localizada no Município de Muqui/ES. A pesquisa mostra que a Educação Patrimonial nesta localidade ainda possui certa defasagem dos professores, sendo imprescindível uma maior atenção no contexto escolar para a valorização do patrimônio cultural. Observam-se as experiências na conservação de bens imateriais, com o fim de aprimorar o conhecimento crítico do aluno sobre o planejamento para a conservação e a reabilitação históricas. Apresentam-se algumas sugestões sobre a conservação do estilo e imagem históricos, sobre sua preservação e acerca da dimensão racional. Quanto aos critérios, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional classifica os bens que serão tombados ou registrados como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, alicerçado por intermédio da legislação em vigor. Os elementos acerca de uma reflexão em prol da promoção desses critérios, bem como as manifestações populares envolvidas, também servirão como reflexão, a fim de embasar uma discussão quanto à sua relevância. Um papel importante é a conscientização e a educação das comunidades locais sobre questões de patrimônio e o valor que eles representam. A metodologia empregada possui natureza qualitativa, com aplicação da pesquisa documental e bibliográfica, fundamentando-se teoricamente nos ensinamentos de Casco (2006), Horta (1999), Ortiz (2008), Pelegrini (2008), entre outros. Aplica-se a estratégia de pesquisa científica de estudo de caso, no sentido de analisar o fenômeno da Educação Patrimonial no contexto escolar e as variáveis que o influenciam. Trata-se de um processo de observação sistemática e participante, por meio de entrevista semiestruturada, com o objetivo de levantar as informações necessárias à valorização do estudo. Os resultados demonstram que a Educação Patrimonial, apesar de elementar à formação dos alunos como cidadãos, não recebe a atenção devida na grade curricular. Destaca-se ainda que, se fosse trabalhada, mesmo que em formato interdisciplinar, com enfoque no patrimônio cultural, a comunidade provavelmente seria capaz de se envolver ativamente na ação de conservação dos bens imateriais que guarnecem a preservação da cultural local.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Preservação. Ensino Fundamental II.

ABSTRACT

SANTANA, DANIELLE CORREIA. **Patrimonial Education: Formation of students of the Final Years of Elementary School of the State School Marcondes de Souza – Muqui/ES**. 2020. 74 f. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

Heritage Education, in conceptual terms, consists of an important cultural literacy tool, given that it is capable of establishing a relevant dialogue between teaching and the vast theme of cultural heritage, as stated by Horta, Grunberg and Monteiro (1999). This study aims to analyze the educational process of valuing historical heritage and Heritage Education for students from the 6th to the 9th grade of Elementary School II at the State School Marcondes de Souza, located in the Municipality of Muqui / ES. The research shows that Heritage Education in this location still has a certain lack of teachers, and greater attention in the school context is essential for the appreciation of cultural heritage. It is observed, therefore, about the experiences in the conservation of immaterial goods, in order to improve the student's critical knowledge about planning for historical conservation and rehabilitation. Some suggestions are made about the conservation of the historic style and image, about its preservation and about the rational dimension. As for the criteria, the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) classifies the assets that will be registered or registered as Brazilian Intangible Cultural Heritage, based on the legislation in force. The elements about a reflection in favor of promoting these criteria, as well as the popular manifestations involved will also serve as a reflection, in order to support a discussion as to their relevance. An important role is the awareness and education of local communities about heritage issues and the value they represent. The methodology employed has a qualitative nature, using documentary and bibliographic research, based, theoretically, on the teachings of Casco (2006), Horta (1999), Ortiz (2008), Pelegrini (2008), among others. The case study scientific research strategy is applied, in the sense of analyzing the Heritage Education phenomenon in the school context and the variables that influence it. It is a process of systematic and participative observation, through semi-structured interviews, with the objective of raising the information necessary for the valorization of this study. The results show that Heritage Education, although elementary to the training of students as citizens, does not receive due attention in the curriculum. It is also noteworthy that if it were worked on, even if in an interdisciplinary format, with a focus on cultural heritage, the community would probably be able to be actively involved in the conservation of intangible assets that preserve the preservation of local culture.

Keywords: Patrimonial Education. Preservation. Elementary School II

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto antiga da escola, em data não definida, divulgada pelo site do IBGE.....	32
Figura 2 – Foto antiga da escola, em data não definida, divulgada pelo site do IBGE.....	33
Figura 3 – Foto atual da escola, divulgada pelo <i>site</i> do IBGE	34
Figura 4 – Foto atual da escola, divulgada pelo <i>site</i> do IBGE.....	34
Figura 5 – Entrada da Fazenda Santa Rita	41
Figura 6 – Interior da Fazenda Santa Rita	41
Figura 7 – Frente da Igreja Matriz João Batista.....	42
Figura 8 – Lateral da Igreja Matriz São João Batista.....	43
Figura 9 – Foto tirada em 2018 do interior da Igreja Matriz São João Batista.....	43
Figura 10 – Jardim Municipal de Muqui/ES.....	44
Figura 11 – Evolução das Redes Sociais de 2006 a 2013	56
Figura 12 – Evolução das Redes Sociais de 2000 a 2005	57
Figura 13 – Evolução das Redes Sociais de 1972 a 2000	57
Figura 14 – Página do <i>Instagram</i>	60
Figura 15 – Página do <i>Instagram</i>	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atuação na Escola Estadual Marcondes de Souza.....	49
Gráfico 2 – Professores que já trabalharam com a temática em sala	51
Gráfico 3 – Interesse dos alunos acerca do tema "Educação Patrimonial	52
Gráfico 4 – Incorporação do contexto histórico ao currículo da Escola Estadual Marcondes de Souza.....	53

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
Arpanet	Rede de Agência para Projetos de Pesquisa Avançada
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Estado do Espírito Santo
FVC	Faculdade Vale do Cricaré
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PACH	Plano de Ação das Cidades Históricas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Sesc	Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3 METODOLOGIA	27
3.1 MUQUI/ES: CONTEXTUALIZAÇÃO	29
3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA	31
4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A ESCOLA PESQUISADA	38
4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CURRÍCULO ESTADUAL E INTERDISCIPLINARIEDADE.....	45
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	48
5.2 PRODUTO	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	70
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE	71
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFESSOR	73

1 INTRODUÇÃO

Os programas educacionais relacionados ao patrimônio têm testemunhado um avanço em todo o mundo, dando lugar a uma política primordial dos governos e das instituições com programas e projetos voltados para essa área. De modo semelhante, na tentativa de aumentar a participação do público no campo do patrimônio através de ações relacionadas ao tema, há um desejo de incluir o patrimônio cultural também na educação.

De modo recente, os objetivos e os meios de Educação Patrimonial têm se manifestado com tentativas de integrar o patrimônio à educação. Desse modo conforme indica Casco (2006), há que se estruturar projetos educativos dirigidos de modo a difundir os valores culturais como meio de salvaguardá-los e conservá-los, a fim de recriar e transmitir esse patrimônio às gerações futuras, sobretudo como um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres.

Concernente ao discurso da preservação, a herança e a educação têm se tornado principais componentes, quer seja na teoria, quer seja durante a sua prática. Por isso, vislumbrando o futuro, há uma preocupação em ampliar a conscientização das crianças sobre o assunto, gerando um interesse maior e mais geral na compreensão dos alunos.

Desde então, a educação de crianças e jovens tem sido recomendada em uma variedade de documentos desenvolvidos no campo da preservação, definindo abordagens transversais ao currículo e parceria entre os campos da educação e da cultura, empregando os seus mais amplos conceitos e avanços. Além disso, os objetivos e os métodos da Educação Patrimonial são explorados de forma a melhorar essa cooperação.

Desta forma, por meio do processo educacional, espera-se que os indivíduos formados pela escola encontrem-se como responsáveis pela preservação da história, do patrimônio e da sociedade da qual fazem parte, de modo que se apropriem da maneira identitária e de pertencimento dos aspectos culturais que constituem essa identidade, uma vez que a Educação Patrimonial não é passageira, mas se trata de um processo permanente, com fundamento no patrimônio cultural, no intuito de construir a cidadania. Se a comunidade estiver envolvida na gestão do patrimônio,

efetivará bens e valores capazes de formar um senso mais fortalecido de responsabilidade social (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Desse modo, a herança diz respeito ao que foi herdado, sendo o patrimônio cultural o legado de nossos ancestrais transmitidos através do tempo e está disponível para ser transmitido às gerações futuras. O patrimônio cultural revela a maneira como as pessoas viviam no passado e no presente: tradições, crenças, valores e realizações. O patrimônio cultural é tangível e intangível. Tangível ou patrimônio material refere-se àquilo que é fisicamente palpável, como monumentos, edifícios, pinturas e objetos. A herança intangível, por outro lado, é imaterial, como música, dança, literatura, cerimônias religiosas etc.

Conforme Soares (2008), é necessário estabelecer um currículo que privilegie a valorização do patrimônio cultural, analisado pelos educadores que anseiam fazer uso dessa prática educativa. o patrimônio natural, por sua vez, está arraigado à causa com paisagens que demonstram belezas naturais ou *habitats* contendo espécies animais ou vegetais ameaçadas de extinção.

O patrimônio é um recurso único e insubstituível, que registra a maneira como grupos de pessoas viviam no passado, seus valores e como vários grupos foram relacionados e interagiram entre si. Sendo assim, o patrimônio é, portanto, uma parte fundamental do processo de tornar significado de nossas vidas, é um componente essencial de identidade e é um recurso para estabelecer paz e compreensão entre as pessoas. No entanto, para isso, tanto as políticas públicas quanto os investimentos públicos e privados são essenciais para a preservação cultural, o que, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), ficariam restritos sem acompanhamento de um processo educativo, em que as pessoas aprendem e ensinam as formas de relacionamento com as dimensões culturais, de forma a cultivar as identidades culturais.

Nos dias de hoje, a educação de cidadãos e cidadãs de todas as idades é considerada parte de um programa voltado a todos, relevando-se a Educação Patrimonial expressa através documentos, já que elenca a cultura para crianças e jovens. Paralelamente a esses progressos, são desenvolvidos e aplicados programas de Educação Patrimonial para o público em geral, especialmente para crianças e jovens, tanto na educação formal quanto na não formal. Cada programa e atividade patrimonial exercem um objetivo diferente, desde a construção e a conscientização

sobre um tipo específico de patrimônio cultural para o desenvolvimento da cidadania e do ensino da história local até a compreensão sobre questões de preservação.

De acordo com Braudel (1996), a educação está arraigada ao pleno desenvolvimento social, pressupondo da mesma forma um vasto recurso de superação das carências econômicas, políticas, sociais e culturais, as quais, relativas ao nosso longo prazo de vivência, indicam que

[...] as transformações na vida social se fazem em presença de um acúmulo de sucessivas e contínuas mudanças que, produzidas numa longa duração, deságuam no presente, condicionando as alternativas de construção do futuro (BRAUDEL, 1996, p. 71-72).

Métodos e ferramentas de ensino, incluindo orientação a passeios, escavações experimentais, seminários, dramas e exposições voltados para a Educação Patrimonial, possibilitam a vivência de um conceito, uma ideia, um evento na vida cotidiana ou um comportamento através do uso de técnicas de atuação, considerando padrões cognitivos anteriores no contexto educacional. Geralmente, visto como um método apropriado para questões relacionadas ao legado cultural, é de uso comum na educação relacionada aos avanços no desenvolvimento da cultura.

Com formação em Geografia e Artes, esta pesquisadora atua como professora de Artes, no Serviço Social do Comércio (SESC) e na Rede Estadual de Ensino no município de Muqui no Espírito Santo. Ainda durante a faculdade, nasceu um amor pela questão patrimonial, naquele momento em que cursou a disciplina de Geografia Cultural, tendo elaborado monografia intitulada *A Manifestação Cultural do Boi Pintadinho no Município de Muqui*¹.

Nessa época, o apreço pela cultura a fez pensar que todos têm a consciência da importância da preservação patrimonial, uma vez que Muqui é um sítio histórico, com infinitos registros das nossas histórias. Nessa perspectiva, o estudo se justifica por sua importância quanto à preservação dos sítios históricos do município de Muqui/ES, de modo a esclarecer ao leitor sobre certo descaso com o patrimônio material e imaterial e a sua relação com as escolas públicas. Diante disso, a pretensão é de que esta pesquisa possa analisar não somente a questão tipológica, privilegiando

¹ CACEMIRO, Jaqueline Verly; COSTA, Mônica Pontes da; SANTANA, Danielle Correia. **A manifestação cultural Boi Pintadinho**: desvelando suas relações territoriais no município de Muqui - ES. 2007. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim, 2007.

apenas a perspectiva estética, mas levar em consideração a importância social e afetiva para a região, trazendo a noção de pertencimento cultural.

Para isto, é necessário examinar com mais acuidade a importância de destacar fatos ou mesmo objetos históricos sendo pertencentes às pessoas, a uma sociedade e até mesmo a uma geração. Cabe observar a relevância da educação, em sua forma mais extensa de transmissão dos conhecimentos, como meio de explicar o pertencimento coletivo dos bens patrimoniais e as consequências de sua deterioração ao longo do caminho, assimilando o quanto as consequências devem incluir o respeito à diversidade sociocultural dentro desse processo de Educação Patrimonial.

Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender como a Escola Estadual Marcondes de Souza, em Muqui/ES, desenvolve ações acerca da Educação Patrimonial como processo educativo na construção do conhecimento individual e coletivo.

Já os objetivos específicos se agrupam em:

- identificar se o contexto histórico local está incorporado ao currículo da escola pesquisada e o seu papel na preservação e valorização do patrimônio cultural;
- verificar como as atividades sobre o tema pesquisado são desenvolvidas pelos professores em suas disciplinas;
- relatar como as práticas educacionais e as estratégias voltadas à conservação do patrimônio e da memória complementam os esforços para a sua preservação;
- criar uma página no *Instagram* dedicada inteiramente ao tema e mantida por alunos e pela autora deste trabalho com o objetivo de promover a valorização do patrimônio cultural de Muqui/ES.

Para tal, foi utilizado o estudo de caso com abordagem qualitativa como metodologia, ancorado também em pesquisa bibliográfica com análise documental. A pesquisa foi executada na Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Marcondes de Souza, localizada no município de Muqui/ES. Como instrumento, lançamos mãos de uma entrevista direcionada aos professores de Artes, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências, Geografia, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, a fim de estabelecer um importante diálogo entre as disciplinas, juntamente com um levantamento bibliográfico através de artigos,

projetos, livros e revistas físicas e *on-line*. Como produto, apresentamos a criação de uma página do *Instagram* alimentada por alunos e por esta pesquisadora.

A página na rede social em questão possui relevante função na propagação do conteúdo abordado nesta pesquisa, uma vez que o simples acesso do aluno ao *Instagram*, fato corriqueiro em seu dia a dia, já permite conhecimento prévio a respeito do patrimônio cultural de Muqui/ES. A partir do momento em que o aluno clica nas imagens, é possível aprofundar a leitura sobre a história do patrimônio em apreço, apresentado na página do *Instagram*, de forma que o exercício da Educação Patrimonial é fomentado por meio da tecnologia atual com ampla publicidade e fácil alcance.

Os desafios da preservação dos patrimônios e a sua gestão são amparados por legislação própria, que nem sempre dispõe de recomendações como podem ser melhor desenvolvidas e administradas. Essas recomendações geralmente são derivadas de experiências da aplicação de costumes culturais locais e de outras leis vigentes, além de preocupações da comunidade e consciência na preservação do seu patrimônio.

Nesse sentido, destaca-se o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico no cenário nacional. Em seu artigo 1º, definiu o patrimônio histórico e artístico com sendo “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” (BRASIL, 1937).

Com isso, os Estados também passaram a atentar para a proteção de seus patrimônios, sendo que, inclusive, no Estado do Espírito Santo, em 16 de dezembro de 1974, foi sancionada a Lei nº 2.947, que seguiu a simetria da legislação anterior e definiu o patrimônio histórico e artístico do ente estatal (ESPÍRITO SANTO, 1974). Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu, em seu art. 24, inciso VII, a competência da União, dos estados e do Distrito Federal quanto a legislar concorrentemente sobre a “[...] proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico” (BRASIL, 1988).

No que tange ao Município de Muqui/ES, o sítio eletrônico oficial que narra sua história informa que a cidade possui 186 imóveis tombados como patrimônio histórico, citando ainda suas tradições folclóricas e seu patrimônio natural, de forma que se

torna incontestável a necessidade de inserção da temática referente ao patrimônio municipal nas vertentes da Educação.

Portanto, esta pesquisa almeja apresentar a importância do contato dos alunos do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Marcondes de Souza, localizada em Muqui/ES, bem como a relevância da formação continuada de professores nesse segmento. A formação de uma consciência histórica e cultural transforma o conhecimento dos alunos para que se tornem sujeitos ativos na sociedade em que estão inseridos, sendo preparados para formação de sua identidade como cidadão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proteção e a preservação dos patrimônios não é apenas um rótulo, mas uma serventia essencial e de relevante utilidade pública com base no valor patrimonial de um povo, que é avaliada pelo exame de um conjunto de critérios históricos, artísticos, científicos e técnicos. As noções de raridade, exemplaridade, autenticidade e integridade dos bens são particularmente consideradas, com proteção, classificação e preservação.

Devido à importância da educação para a preservação sustentável do patrimônio, é imperativo ater-se ao modo como essa herança é ensinada no sistema educacional. Considerado um país múltiplo com uma rica herança cultural, o Brasil abriga 22 locais de patrimônio mundial. Por isso, o presente trabalho pretende intensificar a abordagem, no currículo escolar, para determinar em que medida o currículo deve cultivar a consciência e o sentimento de respeito pelo patrimônio.

Nesse contexto, Vianna (2006) indica que, por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ocorreu uma aproximação entre cultura e patrimônios no sentido antropológico e político, incorporando visões de mundo, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas, além das experiências diferenciadas nos grupos humanos, fundamentando as identidades sociais e culturais. Por isso, em todo lugar está a marca dos esforços de antecessores para sustentar a vida e satisfazer suas necessidades históricas, fazendo parte do nosso entorno, que exibe a interação entre pessoas e lugares ao longo do tempo, o que é concebido como ambiente histórico.

Enfatizando a importância da Educação Patrimonial, sublinha-se que os alunos são responsáveis pela conservação do patrimônio coletivo e para a sua transmissão à próxima geração. A Educação Patrimonial, portanto, incentiva-os a se envolverem mais ativamente no processo de preservação desse legado, aumentando seu conhecimento patrimonial e valorizando essas riquezas culturais. No entanto, o objetivo da Educação Patrimonial não é simplesmente aumentar o conhecimento dos alunos sobre locais históricos e objetos, mas inculcar um senso de propriedade sobre esses objetos e tradições históricas, tornando-os ativamente responsáveis para a conservação dessa bagagem cultural. Neste sentido, a educação ajuda os alunos a entender de onde vieram e serve como um guia para onde eles podem ir na posteridade.

Tratar de patrimônio cultural significa elencar um sentimento de pertencimento quanto à sua forma individual e coletiva, posto que também significa o resgate da identidade compreendida em um povo que, durante o decorrer dos anos, vai se deteriorando. Tal resgate constitui-se em sua importância e riqueza, sendo que isso só se dá a partir de um ambiente voltado à preservação dos patrimônios culturais imateriais. Ao preservá-los, resguarda-se o que, em seu meio, remete aos nossos costumes e às tradições dos antepassados que, conforme seu legado, são transmitidos às gerações futuras. Assim dispõe a Constituição Federal de 1988:

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Além da importância histórica, a preservação dos bens culturais de natureza imaterial alimentam o turismo, que desempenha um papel valioso, com a presença de muitos visitantes de todas as partes, enfatizando a necessidade de preservar o patrimônio e adotar medidas capazes de capacitar os residentes para uma melhor recepção aos visitantes. A conservação das culturas, recebendo cuidados especiais para a sua preservação, protegerá e restaurará uma parte valiosa do patrimônio e contribuirá para o desenvolvimento das regiões como importantes destinos turísticos. Cabe ressaltar que a integridade estrutural geral das culturas históricas, além de fornecer e desenvolver procedimentos e diretrizes de conservação para reparar e conservá-las, conta com os órgãos de preservação, no âmbito federal, estaduais ou municipais, devidamente responsáveis pelos atrativos históricos, culturais e ambientais, sendo por isso responsáveis por buscar recursos e alternativas de sustentabilidade financeira.

Com base no exposto, a avaliação da integridade estrutural geral dos bens culturais patrimoniais imateriais é muito importante antes de desenvolver as diretrizes de conservação das culturas regionais. Ademais, incide no Brasil a falta de uma visão sistêmica e de complementaridade na gestão cultural. Assim, “[...] no Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em

quantas os assuntos culturais são tratados através de secretarias de educação, esportes e turismo, ou outra qualquer” (DURAND, 2001, p. 68).

Os patrimônios também são encontrados em bens móveis, desde nossos tesouros nacionais em museus, até as próprias heranças familiares, e em bens intangíveis, como história, tradições, lendas e idioma. Embora tudo o que herdamos seja estritamente nosso legado, o termo tornou-se sinônimo dos lugares, objetos, conhecimentos e habilidades que recebemos e que são valorizados por razões que vão além de sua mera utilidade. Em outras palavras, eles têm um valor além do uso funcional.

A Carta Magna de 1988 consolidou, de forma premente, uma diretriz democrática em relação às matérias concernentes aos direitos culturais, à conservação do meio ambiente e à proteção da biodiversidade. Do ponto de vista voltado aos patrimônios culturais, a lei foi deveras inovadora em amplos sentidos.

Primeiro, consagrou a ideia de que nação é uma realidade plural, internamente diversificada e socialmente heterogênea. Segundo, incluiu no domínio do patrimônio tantos bens culturais materiais como imateriais. Terceiro, destacou não apenas a qualidade excepcional, histórica, estética e etnográfica do patrimônio, mas também os significados a ele atribuídos pelos diversos grupos que constituem a comunidade nacional, reconhecendo a relação desse campo com questões efetivamente cadentes, como a construção da identidade, da ação da memória desses grupos (ARANTES, 2008, p.184).

Algumas partes do ambiente histórico são deveras importantes para a sociedade como um todo ou para um grupo dentro dela, merecendo algum nível de proteção ou consideração, pois são os elementos do ambiente histórico que valorizamos mais do que vale o valor financeiro. É provável que as gerações seguintes também as valorizem, pelas mesmas razões ou ditames semelhantes. Portanto, há muito tempo se aceita que temos a responsabilidade de cuidarmos deles. Nesse sentido, o Ministério da Cultura enxerga em seu tombamento um caminho para a preservação dos bens imateriais de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo dessa forma que futuramente possam ser deteriorados ou descaracterizados. Essa iniciativa foi fundamental para a aprovação, em 2000, de uma lei nacional de registro de bens de natureza intangível (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 47).

É essa responsabilidade que por vezes justifica um sistema de proteção para o ambiente histórico e a conseqüente interferência nos direitos privados dos

proprietários. O principal objetivo do Estado é que o ambiente histórico e seus bens patrimoniais sejam conservados para a qualidade de vida que eles trazem para a atual geração e as gerações futuras. É por meio do mecanismo de reinterpretação que o Estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressão da cultura nacional (ORTIZ, 2008, p. 105).

A necessidade de cuidados e proteção do patrimônio é uma preocupação preponderante, diferente de outros tempos em que soberanos e pessoas não se importavam com os prédios antigos e, sem um estado de espírito receptivo, imbuíam-se em erguer novos, mas tão somente ao gosto próprio. Catedrais góticas substituíam, assim, uma edificação românica anterior, tendo este último tomado o lugar de um culto pagão que se queria excluir. De fato, antigas tradições não conceberam o patrimônio como um bem a ser preservado, mas como uma ferramenta. Muitos monumentos que se tornaram inúteis serviram como restos de construções para as novas gerações.

Assim, o objetivo dos governos passou a ter a noção mais cuidadosa de patrimônio e monumentos históricos, ao mesmo tempo que a de vandalismo. Com isso, uma nova disposição de proteção passou a ser defendida por um desejo quase irresistível dos que se empenham em conservá-los. Para isso, o historiador francês Jacques Le Goff (1994) manifesta-se acerca de um monumento histórico que simboliza as impressões existentes na evolução de uma determinada sociedade ou indivíduos, a qual espelha a mentalidade e a potencialidade inerentes daquela sociedade que os produziu.

Por isso, existe a necessidade das escolas em desenvolver relatórios sobre a educação cultural visando ajudar as crianças em idade escolar a compreender sua herança local e seu significado. Entre os objetivos, o programa deve incluir e garantir que as crianças desenvolvam um sentimento de orgulho pelo local onde moram, entendam a sua herança local e como ela se relaciona com a história. A partir daí, os professores estarão mais confiantes em fazer uso efetivo dos recursos do patrimônio local dentro do contexto histórico do lugar, devidamente incorporado no currículo da escola, onde os patrimônios estão mais conectados às necessidades das escolas locais. Segundo observa Pinheiro (2015, p.14),

[...] as ações educativas para o patrimônio não devem se resumir em “capacitar” para a preservação, empregando conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas precisam se pautar no pressuposto de que as pessoas são protagonistas desse processo de valorização e reconhecimento dos bens culturais.

Por meio da Educação Patrimonial, busca-se uma abordagem para o ensino e a aprendizagem da História, os quais utilizam as informações disponíveis da cultura e dos ambientes humanos construídos como principais recursos instrucionais. A abordagem de Educação Patrimonial visa fortalecer a compreensão dos alunos sobre conceitos e princípios sobre história e cultura, enriquecendo a sua apreciação pelas realizações artísticas, contribuições sociais e econômicas dos diversos grupos. Por isso, a Educação Patrimonial nutre um senso de continuidade e conexão com nossa experiência histórica e cultural, incentivando os cidadãos a considerar suas experiências históricas e culturais no planejamento para o futuro e promovendo a mordomia em relação aos legados de nossa herança local, regional e nacional.

A busca pela preservação das várias destruições das culturas ao longo dos séculos causaram certa agitação emocional, o que, portanto, sempre é, especialmente em nossa época, a preocupação com o que deve ser protegidos e/ou restaurado. A adaptação aos resgates históricos buscou no tombamento um modelo, sob o ponto de vista legal, como promissora e perseverante, especialmente no que diz respeito aos bens comprometidos pela descaracterização, deterioração e até especulação.

Dessa forma, como bem salientam Funari e Pelegrini (2006), a partir desse momento a preocupação com a preservação do patrimônio deixa de ser uma questão dirigida tão somente aos bens imóveis — associados, normalmente, à valorização da cultura dominante —, passando a prestigiar outras instâncias da sociedade, como a defesa do meio ambiente e a pluralidade cultural do povo brasileiro, tanto de origem material quanto imaterial.

Todo o processo voltado em estabelecer uma perspectiva histórica sobre os arranjos legais para a proteção dos patrimônios imateriais, seguido de uma apresentação como “patrimônio” incluído nas diretrizes legais, passou a ser uma questão imbuída pela preservação dos patrimônios arquitetônicos, considerados patrimônio a ser preservado e transmitido às futuras gerações. Dessa forma, como assevera Oliveira (2003), para além de um sentido estático que, às vezes, por vício ou mesmo por ingenuidade, caracteriza o patrimônio, deve-se pensar tal legado como um espaço em que se constituem práticas sociais, cujas relações são a um só tempo complexas, dinâmicas e dependentes daqueles que nelas se envolvem.

Ao mesmo tempo em que há heranças culturais e arquitetônicas, sabe-se das ameaças também oriundas dos efeitos das mudanças. É aí que a intervenção pública para sua preservação deve permitir que os conhecimentos se inspirem no antigo para

fazer o novo. Além disso, essa preservação pode realmente favorecer o desenvolvimento de setores-chaves da economia de um país, como o turismo, que é o mais alcançado. A Educação Patrimonial, portanto, ocorre sempre que interagimos com o mundo ao nosso redor, também ocorrendo nas escolas sempre que os professores introduzem exemplos da cultura material e constroem o ambiente durante as aulas. Ao visitar, examinar e avaliar diretamente edifícios, monumentos, locais de trabalho, paisagens e outros locais e artefatos históricos — objetos de cultura material e ambiente construído —, os alunos adquirem conhecimento, habilidades intelectuais e atitudes que aprimoram suas capacidades de manutenção e melhoria da sociedade e dos modos de vida.

O conhecimento e a apreciação da unidade nacional diante da diversidade social são requisitos essenciais à alfabetização cultural e cidadania. A tensão entre a preservação de valores comuns e a aceitação de novas influências e experiências culturais é uma parte inevitável de nossa herança, sendo que isso ocorre junto a uma mistura viável de continuidade e mudança, de preservação de uma herança comum e integração de novas ideias e experiências, recriando, dessa forma, um senso de coerência cultural e comunicabilidade às novas contribuições.

A preocupação emergente é voltada para a preservação do patrimônio e reflete o receio da homogeneidade cultural, diminuindo dessa forma a diversidade cultural e a criatividade humana. O patrimônio cultural é um símbolo de riqueza espiritual e intelectual de uma civilização, associado à tradição e às expressões vivas. É necessário preservar essas riquezas para que não fiquem alheias no mundo moderno, uma vez que o patrimônio cultural pode se valer da atual tecnologia digital avançada. Por isso, aqui destacamos as grandes questões e os desafios na preservação do patrimônio cultural imaterial pelos meios que forem necessários, principalmente a partir da legislação que os proteja, no que diz respeito ao conteúdo e à finalidade a ela associada.

As políticas de preservação devem ir além; pois, assim como afirma Fonseca (2005), correntemente atuam com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, visando à educação e à formação de cidadãos. Tal discurso ocasionalmente é voltado à defesa em justificar a constituição desses patrimônios e o pleno aprimoramento das políticas de preservação. No entanto, quando levado para a prática, é necessária a criação de dispositivos que assegurem e ajustem com efeito a associação entre

patrimônio e sociedade. É a partir daí que se desenvolve o papel da Educação Patrimonial.

Conforme adverte Fonseca (2005, p. 43), é insatisfatório o cumprimento dessa função: “[...] a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”. No entanto, segundo a mesma autora:

[...] se a escola não desempenha seu papel devidamente, a iniciativa da Educação Patrimonial pode e deve partir também das instituições detentoras do patrimônio histórico-cultural — não excluindo de forma alguma a importância da participação e envolvimento das instituições de ensino em todos os níveis nesse processo (FONSECA, 2005, p. 43).

O patrimônio cultural imaterial dos povos brasileiros é diversificado, rico e antigo. O valor da herança de nosso patrimônio imaterial, como a capoeira, o frevo, o samba de roda, o círio de Nazaré e a arte Kusiwa, entre outras manifestações intrínsecas a cada localidade, sempre foi reconhecido e há esforços de modo a preservá-los, manter e conservar essas expressões tão ricas. No entanto, as formas menos visíveis de patrimônio cultural, pertencentes a tradições orais, crenças estéticas e religiosas, rituais e festivais, artes, música, tradições folclóricas, danças, formas de teatro, artes cênicas e estilos narrativos de contar histórias, até recentemente nem sempre recebem a devida atenção.

A partir daí, surge uma melhor avaliação da proteção desses patrimônios, quando são abordadas as várias questões relacionadas à sua preservação e conservação. Por fim, buscam-se diversas maneiras e meios de preservar, salvaguardar, manter e fortalecer o patrimônio cultural imaterial rico e diversificado, multicultural e multilinguístico no Brasil para que continue sendo uma parte vibrante, dinâmica e viva da vida comunitária.

Embora o objetivo da legislação e das políticas públicas que protegem nosso patrimônio seja direcionado principalmente para sustentar seu valor patrimonial, isso pode alcançar ou contribuir substancialmente para outros objetivos importantes de planejamento espacial. Entre seus principais objetivos, espera-se que o ambiente histórico e seus bens patrimoniais sejam conservados para a qualidade de vida que eles acarretam para a atual geração e as gerações futuras. Nesse âmbito, há um importante papel no fortalecimento da conexão das pessoas com o lugar, para que

não se percam suas conexões, seus significados e valores para a sociedade contemporânea.

Tida como um processo baseado em valores, a preservação do patrimônio é necessária de modo que a sociedade ainda tenha conexões e o sentimento de pertencimento. Assim, a revelação dos locais do patrimônio pode ser utilizada como uma ferramenta para sua conservação. Logo, segundo Silveira (2017), a noção de conservação do patrimônio como um diálogo entre presente, passado, e interesse cultural é discutida no sentido de envolver os contextos culturais e seu conteúdo em um todo para melhor compreensão e, portanto, conservação e manutenção do patrimônio cultural.

Ainda segundo Silveira (2017), para tanto, elementos como as práticas culturais de tempos mais remotos precisam ser difundidos na sociedade brasileira, sendo a educação uma possibilidade. A cultura, de acordo com Morin (1991), é algo singular da sociedade humana: ela organiza e é organizada por meio da linguagem, do capital cognitivo dos conhecimentos e das experiências, como também por meio das crenças míticas de uma sociedade. Portanto, a cultura se manifesta como uma "representação coletiva", "consciência coletiva", "imaginação coletiva". O autor refere-se mais especificamente à cultura como uma configuração de conhecimento coletivo e social, como processo, linguagem e informação. A cultura reúne um conjunto de itens de conhecimento, ações e expressões que representa e é representada em uma coletividade específica.

O patrimônio cultural é a nossa identidade porque cria uma estrutura abrangente para preservação, sendo significativo devido ao seu valor econômico, mas também porque cria uma certa emoção dentro de nós porque nos faz sentir como se pertencêssemos a algo — um país, uma tradição, um modo de vida. Assim sendo, a melhor maneira de preservar a herança cultural, seja ela qual for, é compartilhá-la com outras pessoas. Daí, o valor do ensino de História, que em muito “[...] pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes da importância da participação social, preocupados em resgatar e respeitar seu patrimônio histórico (BRODBECK, 2012, p. 10).

A importância do patrimônio cultural não é tão somente a manifestação cultural em si, mas a riqueza de conhecimentos e habilidades transmitidos de uma geração para a seguinte. O valor social e econômico dessa transmissão de conhecimento é deveras relevante para grupos minoritários e para grupos sociais comuns dentro de

um estado. Dessa forma, é tão importante para os estados em desenvolvimento quanto para os países desenvolvidos.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica, como a própria nomenclatura sugere, consiste no procedimento adotado pelo pesquisador para realizar seu estudo, de forma que seja utilizado o melhor método para o desenvolvimento de sua pesquisa. Para Lakatos e Marconi (1999, p. 16), “[...] o importante é o conhecimento científico do pesquisador, somado à criatividade e à capacidade de convencimento”. Mas como proceder à pesquisa? Conforme os ensinamentos de Ander-Egg (1978, p. 28) a pesquisa não é estática nem tem um fim em si mesma, mas consiste em um “[...] procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

A pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos. Por razões de ordem prática, decorre do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz (GIL, 2017).

Diante das várias formas de se efetivar a pesquisa científica, nesta dissertação foi adotado o método do estudo de caso, tendo em vista o escopo de proporcionar aprofundamento na temática, almejando amplitude em seu conhecimento. Uma vez que o estudo de caso “[...] investiga um fenômeno considerando seu contexto, ou seja, realiza uma análise sob a conjuntura real” (YIN, 2015), o presente estudo de caso será efetivado na Escola Estadual de Ensino Fundamental II Marcondes de Souza, localizada no município de Muqui/ES, sendo os sujeitos da pesquisa a população específica de professores, os quais lecionam as disciplinas de Artes, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Ciências, do 6º ao 9º anos. No decorrer do processo de estudo, os instrumentos utilizados serão entrevistas semiestruturadas, além de consulta a fontes de pesquisa documental, informações bibliográficas, bem como o acesso à literatura especializada. Salienta-se que o objeto será de natureza descritiva, com o fim principal de descrever as características de determinada população e/ou o estabelecimento de relação entre as variáveis (GIL, 2008, p. 47). A abordagem se enquadra em qualitativa, já que proporciona uma máxima proximidade com o fenômeno em estudo, “[...] buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos” (GIL, 2008, p. 47).

Tendo em vista que a temática desta pesquisa envolve a Educação Patrimonial na escola, o roteiro da entrevista aplicada para investigação será composto de perguntas voltadas para o tema, a fim de analisar a relação cognitiva e o domínio dos professores das disciplinas de Artes, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências e , Geografia, com o tema objeto deste estudo, para que possam expressar suas ideias e posicionamentos frente à promoção da Educação Patrimonial como disciplina na Escola, considerando os ganhos efetivos da sociedade por meio da valorização da cultura em forma de patrimônio.

Por conseguinte, cabe salientar que a técnica de abordagem da presente pesquisa será a aplicação de uma entrevista aos profissionais participantes, já que se trata de uma forma eficaz no recolhimento dos dados para o estudo acerca da Educação Patrimonial, confirmado por Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica de investigação composta por conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Marconi e Lakatos esclarecem que a entrevista consiste no “[...] encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94). Dividindo-se em tipos, a entrevista pode ser estruturada, com roteiro previamente estabelecido, inflexível quanto a novos questionamentos, e não estruturada, na qual há liberdade do entrevistador para seguir em qualquer direção. No entanto, neste estudo adota-se a entrevista semiestruturada, a qual possibilita maior espontaneidade no método, de forma que o entrevistador utiliza algumas perguntas pré-determinadas, mas nada impede que outras venham a surgir no decorrer da conversa.

Por fim, serão analisados e organizados os dados colhidos para que possam ampliar o conhecimento sobre a temática da Educação Patrimonial diante da realidade observada, sendo certo que, “[...] uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 167).

Em apertada síntese, evidencia-se que as especificidades do local da pesquisa e da população entrevistada serão apresentadas com maior riqueza de detalhes nos tópicos a seguir.

3.1 MUQUI/ES: CONTEXTUALIZAÇÃO

Do que consta dos registros existentes, a região onde agora está localizado o município de Muqui teve sua ocupação inicial formada pelos indígenas da etnia Tupi, tendo abrigado, na época do auge da economia de exploração do ouro, durante o século XVIII, numerosas trilhas de tropeiros, os quais anteriormente utilizavam-nas como passagem aos seus produtos em direção à capital da província do Espírito Santo. A cultura dos tropeiros junto com o modo de vida dos indígenas foram fundamentais em deixar suas marcas culturais que até hoje se refletem na culinária, no artesanato e nas expressões das artes populares, do mesmo modo que nas manifestações religiosas, como a Folia de Reis e o Caxambu — existentes, até os dias atuais, os quais são igual e popularmente conhecidos como Terra de Reis (HUMBERTO..., 2012).

A religião predominante é a católica, porém há outras doutrinas que possuem seus adeptos. O Santo Padroeiro de Muqui é São João, sendo comemorado anualmente durante o dia 24 de junho. Quanto ao setor primário da economia de Muqui, de acordo com o sindicato rural, há os destaques para a cultura do café e a pecuária, constituindo quase que a totalidade desse setor. A criação de sua comarca (institucionalização da justiça, prédio do fórum com juízes, promotores e serventuários) veio a ocorrer somente em 24 de junho de 1955.

Com 0,722 de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Muqui ocupa o 22º lugar no índice de IDH entre os 78 municípios que constituem o estado do Espírito Santo, com renda *per capita* de R\$ 3.140,00 (três mil cento e quarenta reais) e arrecadação de 0,324% do Fundo de Participação dos Municípios.

Em sua arquitetura, várias de suas construções constam da década de 1920, sendo algumas datadas até mesmo de antes dessa época, ainda hoje devidamente preservadas por seus proprietários. Muqui também possui seus casarios antigos, praças, igrejas e a antiga Estação da Leopodina (a qual encontra-se desativada para transporte de passageiros, transformada em Centro Cultural), o que em muito atrai a atenção dos visitantes por sua harmoniosa arquitetura. Juntamente com Santa Teresa, no norte do estado, Muqui faz parte das cidades que conservam seu patrimônio histórico no Espírito Santo.

Situado ao sul do Espírito Santo, à beira do Rio Muqui, afluente do Rio Itapemirim e a 239 m acima do nível do mar, Muqui é circundado por volumosas montanhas, as quais são abundantes em formação de granito, assim como por extensa vegetação. Em seu bojo histórico, há os distintos casarios ecléticos proeminentes da década de 1920, período áureo da agricultura do café, sendo atualmente constituído como patrimônio histórico primorosamente preservado e tombado, o que fez com que o município fosse adicionado no Plano de Ação das Cidades Históricas (PACH), durante o ano de 2010. Com isto, o município de Muqui é constituído de aproximadamente 60% do conjunto arquitetônico tombado pelo estado do Espírito Santo.

A primeira referência a Muqui como patrimônio cultural data do ano de 1987, época em que um grupo de moradores, liderado pela intelectual muquiense Ney Rambalducci, organizou um abaixo-assinado em que solicitou ao estado, por meio do Conselho Estadual de Cultura (CEC), medidas quanto à preservação da cultura da cidade. Durante o ano de 1989, o pedido conquistou o apoio de intelectuais de grande peso do quadro cultural do Espírito Santo, como é o caso do jornalista, escritor, dramaturgo, documentarista e crítico de cinema Amylton de Almeida (1946-1995).

A importância do patrimônio arquitetônico histórico e cultural de Muqui não se resume tão somente à sua impressão visual, mas também faz parte de uma viagem através do tempo, da história, de um povo e da sua busca pelo próprio conhecimento. É da mesma forma importante analisar o capítulo histórico do processo de tombamento de Muqui, onde, ao que tudo parece, há consenso, junto às instituições protagonistas, no segmento do município de Muqui como uma cidade histórica.

Durante o ano de 2012, o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo garantiu, de forma unânime, a inscrição do Sítio Histórico e Paisagístico de Muqui, tido como o principal do estado, com uma área totalizando cerca de 299 mil metros quadrados, inscrito no Livro do Tombo Histórico como também no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tal circunstância fez com que se coroasse uma devida mobilização, iniciada a partir de 1987 e coordenada por Ney Costa Rambalducci, a qual reuniu o conjunto arquitetônico, com apoio de um grupo de moradores de Muqui, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e aos governos municipal e estadual.

Em 1987, foi encaminhado um abaixo-assinado de moradores locais ao Conselho Estadual de Cultura, solicitando o tombamento da cidade. No início do ano de 1999, foi criada a Comissão Pró-tombamento, responsável pela gerência do processo de tombamento municipal. Como consequência desse trabalho, foram criados o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Turismo, além da Lei de Tombamento Municipal.

Com o trabalho dos conselhos, formado por pessoas da comunidade, a região central da cidade foi tutelada pelo município. Esse processo foi gerido pelo Conselho Municipal de Cultura, que abriga em sua estrutura cidadãos que militam nas mais diversas áreas das artes e da cultura: artes plásticas, artes cênicas e cinéticas, música, literatura, folclore e artesanato, patrimônio natural e patrimônio cultural.

3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

A Escola Estadual Marcondes de Souza, objeto da presente pesquisa, está localizada na Rua Ciro Duarte, nº 91, no centro do município de Muqui/ES. Oferta os cursos de Ensino Fundamental (séries iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio. Foi inaugurada em 14 de julho de 1925, criada pelo Decreto nº 6.910, de 17/06/1925, recebendo o nome de Grupo Escolar Marcondes de Souza (MUQUI, 2019, p. 20). A Figura 1 apresenta um prédio de esquina que abrange duas ruas, impressionando pela imponência e robustez da construção, o que denota considerável área física para conforto da comunidade escolar, além da solidez e importância do ensino.

Figura 1 – Foto antiga da escola, em data não definida, divulgada pelo *site* do IBGE



Fonte: Muqui (2019).

Posteriormente foi construído um novo prédio no mesmo local, sendo sua inauguração realizada em 10 de junho de 1945, como nos mostra a Figura 2: o prédio, com características similares e no mesmo terreno da Figura 1, também apresenta consistência na sua construção, embora com traços arquitetônicos mais modernos, no que diz respeito às janelas com vidraria aparente.

Figura 2 – Foto antiga da escola, em data não definida, divulgada pelo *site* do IBGE



Fonte: Muqui (2019).

Sobre a inauguração da obra que inovou a estrutura da escola, é importante destacar, em termos de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural:

O prédio integra o acervo arquitetônico da cidade de Muqui que, com as mais de 200 construções antigas e preservadas, é o maior sítio histórico do Espírito Santo. Situado ao lado do Jardim Público Municipal, ladeado pelo teatro “Neném Paiva” e pela Escola de Música “Manoel Vicente de Castro”, a Escola se destaca entre o casario dos anos 20 e 50, e compõe, com imponência, a beleza urbana da cidade. Para onde se olha, as paisagens, que misturam natureza e prédios antigos, compõem verdadeiros cartões postais (MUQUI, 2019, p. 20).

Em 25 de julho do ano de 2020, a Escola Estadual Marcondes de Souza completou 95 anos de histórica, passando por diversos avanços no cenário nacional quanto à política e à educação brasileiras. Atualmente o prédio se encontra mais formado por um arquitetura mais moderna, todavia, “[...] na fachada, a curiosa grafia — preservada desde a construção do atual prédio, de 1945 — em que nome da escola em que o sobrenome Souza aparece com “S” e não com “Z” (Muqui, 2019, p. 23). Seguem as Figuras 3 e 4: o prédio, pela sua consistência, ainda se mostra firme, recebendo centenas de alunos a cada ano. A pintura moderna com cores fortes faz com que marque presença e valoriza a sua importância ao longo dos anos, para orgulho da comunidade local.

Figura 3 – Foto atual da escola, divulgada pelo *site* do IBGE



Fonte: Muqui (2019).

Figura 4 – Foto atual da escola, divulgada pelo *site* do IBGE



Fonte: Muqui (2019).

A instituição em apreço realiza, durante o ano letivo, determinados projetos integrados, com o fim de potencializar as habilidades dos alunos, desenvolvendo suas capacidades interdisciplinares. Considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024 (PDI 2019-2024), destacam-se os eventos de cunho cultural, em favor do patrimônio artístico, histórico e cultural da cidade:

- a) **ArteMática** (integração entre arte e matemática) – aplica-se a prática da geometria por meio da arte, direcionando à arquitetura e apresentando aos alunos a cultural patrimonial da cidade, como por exemplo, o próprio prédio da escola: “Além de aprenderem os conteúdos, eles se familiarizam com o patrimônio cultural da cidade”.
- b) **Festa Cultural no Arraial** – Consta que a cidade de Muqui surgiu de um pequeno arraial (Arraial do Lagarto), “devido ao hábito dos moradores de ficarem se aquecendo, de manhã, sobre as pedras”. Essa proposta tem como objetivo fomentar a boa convivência, a integração entre família, escola e comunidade.
- c) **Semana Cultural** – parte integrante do calendário oficial da Secretaria de Educação, que ocorre paralelamente aos Jogos na Rede. Diferentes áreas expõem trabalhos realizados em sala de aula, além de apresentações de caráter cultural – música, dança, teatro, pintura.
- d) **Feira de Ciência** - “A iniciativa é da área de Ciências da Natureza, e o objetivo é estimular o conhecimento científico por meio de experimentos, também é um momento de integração entre diferentes áreas do conhecimento e a família”.
- e) **Semana Cultural da Leitura** – Desde 2009, foi instituída pelo MEC a semana que envolve o dia da criança, 12 de outubro, como a semana da leitura. De lá pra cá, muitas ações têm sido feitas no sentido de valorizar a leitura de todos os sujeitos da escola, com foco no aprendizado dos estudantes. A escola, por meio da área de Linguagens e Códigos, realizará oficinas de leitura e escrita, ao longo do segundo e parte do terceiro trimestres, com culminância de apresentação dos trabalhos em Outubro (Muqui, 2019, p. 44-46).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2024), consta que o objetivo primordial da Escola Estadual Marcondes de Souza é promover o desenvolvimento do educando, de forma a assegurar sua formação comum indispensável para o exercício da cidadania, a qual está intrinsecamente associada à noção de cultura e patrimônio, a fim de formar alunos com bagagem cognitiva sobre história, conquistas, progressos, respeito e valorização da comunidade cultural.

A estrutura física da escola possui uma área total de 2.664,10 m², sendo 1.288,37m² de área construída e cerca de 1.375,73 m² de área externa. Tudo isso favorece um amplo espaço físico e recursos suficientes para realização de diversas atividades. Destaca-se também que a localização da escola é privilegiada, havendo um teatro logo à frente do prédio escolar, o que favorece a cultura local, além de uma praça pública.

Nesse sentido, o PDI (MUQUI, 2019, p. 35-40) descreve o espaço físico e o equipamento mobiliário, separando as salas de aula, de informática, de ciências, de leitura, de equipamento, de atendimento individualizado, almoxarifado, coordenação, secretaria, sala dos professores, sala do diretor, sala do pedagogo, copa, arquivo, refeitório e cozinha de forma criteriosa e detalhada.

Consta ainda a existência de quatro banheiros internos, sendo um feminino, um masculino, um feminino (PNE)² e um masculino (PNE). Na área externa da escola, há uma quadra poliesportiva e para os eventos da instituição, com área de 300 m², arquibancada, quadra de esporte e palco, havendo mais quatro banheiros externos.

A organização curricular divide-se em Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Diurno, Ensino Fundamental – Anos Finais – Diurno, EJA – Educação de Jovens e Adultos – 1º Segmento – Noturno, EJA – Educação de Jovens e Adultos – 2º Segmento – Noturno e EJA – Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio – Noturno (MUQUI, 2019, p. 59-60).

No corpo administrativo da escola, existem oito profissionais atuando, sendo três efetivos — o diretor, a pedagoga do turno matutino e a coordenadora escolar do turno matutino — e cinco por designação temporária — pedagoga do turno vespertino e noturno, coordenadora escolar do turno vespertino e noturno e três auxiliares de secretaria escolar (MUQUI, 2019, p. 65). Acerca desse segmento, o Plano de Desenvolvimento Institucional ressalta:

O Corpo Administrativo é composto por profissionais que possuem habilitação para os cargos que ocupam. A Secretaria Escolar é responsável por todos os processos desde a matrícula do aluno, lançamento de notas no Sistema de Gestão Escolar, Boletim de Frequência dos professores, registros diversos referentes à vida escolar do aluno, lançamento de frequência de bolsa família, controle da alimentação escolar, lançamento e acompanhamento de registros de terceirizados, lançamento e acompanhamento do SISTEC (Sistema de Gestão de Cursos Técnicos), Censo Escolar, manutenção de arquivos nativos e inativos, confecção de Histórico escolar e Diplomas, O atendimento na Secretaria Escolar é feito por profissionais efetivos (Agente de Suporte Educacional) e em Designação Temporária (Auxiliar de Secretaria Escolar), que prestam atendimento aos professores, alunos, pedagogos, pais e demais componentes da comunidade escolar, no período de funcionamento da escola (manhã, tarde e noite). Os profissionais que atuam na Secretaria possuem formação de acordo com as exigências da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (MUQUI, 2019, p. 65).

² PNE – Portador de necessidades especiais.

Os alunos atendidos pela escola residem nos bairros do Centro e nos bairros vizinhos: Morros, São Pedro, São Francisco, Santo Agostinho, Nossa Senhora Aparecida, San Domingos, Boa Esperança e Alto Boa Esperança. Além disso, a escola também possui alunos do Distrito de Camará e da área rural do município de Muqui. Conforme os dados apresentados pelo PDI (MUQUI, 2019, p. 26), “[...] em abril de 2019, a escola possui 880 alunos matriculados, sendo 328 no turno matutino, 274 no turno vespertino e 278 no turno noturno”.

O corpo técnico-pedagógico da Escola Estadual Marcondes de Souza é composto por 33 professores, entre efetivos e atuantes em designação temporária. Para a realização desta pesquisa, foram selecionados aqueles que exercem o magistério nas disciplinas de Artes, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências e Biologia, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental I, ante a multidisciplinaridade exigida pelo conteúdo escolar e a temática abordada neste estudo.

O PDI (MUQUI, 2019, p. 73) esclarece que todos esses profissionais “[...] possuem habilitação para a área em que atuam e a maioria possui Especialização, conforme diretrizes adotadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER)”.

Nesse sentido, como a função da pesquisadora compreende total atenção aos dados colhidos e fatores de influência para obtenção de um resultado de qualidade à pesquisa, foram realizadas as entrevistas, com posterior análise e interpretação dos resultados obtidos, para que assim seja viável o alcance de um futuro objetivo desta pesquisa, a saber, a criação de uma página na rede social conhecida como *Instagram*, a qual será dedicada inteiramente ao tema da Educação Patrimonial e mantida por alunos e pela autora deste trabalho, a fim de contribuir na orientação dos discentes, sendo uma ferramenta moderna e prática para o auxílio dos educadores na abordagem da temática. Com isso, espera-se contribuir de forma significativa para a educação, a cultura, o patrimônio e a preservação por meio da conscientização dos alunos acerca de seu papel na preservação e valorização do patrimônio cultural do município de Muqui/ES.

4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A ESCOLA PESQUISADA

Indiscutível se faz a importância de frisar a respeito do patrimônio histórico percebido pela instituição de ensino pesquisada, uma vez que tais informações agregam elementos fundamentais para o alcance dos objetivos que norteiam este trabalho. Ademais, é notório que o patrimônio histórico, quando envolvido pelas nuances da escola, apresenta valores construídos e passados por gerações de educadores que permitem a conservação da história.

Nesse sentido, no que tange ao histórico da Escola Marcondes de Souza, depreende-se de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024, o registro de sua criação por meio do Decreto nº 6.910 de 17/06/1925, com autorização para o Ensino Fundamental (séries iniciais e finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio.

Cabe ressaltar que o Ensino Fundamental foi aprovado por meio da Resolução CEE/ES nº 41/75, D.O. de 28 de novembro de 1975, quanto às séries iniciais, sendo que as séries finais foram aprovadas pela Portaria nº 027 – R, D.O. de 7 de março de 2007. Consta ainda que a EJA foi aprovada pela Resolução CEE/ES nº 1902/09, D.O. de 4 de março de 2009.

A escola em apreço foi inaugurada em 1925, recebendo o nome de Grupo Escolar Marcondes de Souza, em homenagem ao Coronel Marcondes Alves de Souza, nascido em Itaúna/MG, importante político, tendo governado o Espírito Santo entre 1912 a 1916, exercendo ainda relações próximas à vida social e política de Muqui. Assumiu o cargo maior do executivo capixaba e ainda assinou a emancipação da Vila de São João de Muguy, nome da referida cidade na época. Sobre sua trajetória, o PDI informa:

O Coronel Marcondes de Souza exerceu, na sua vida pública, os seguintes cargos: Governador Municipal de Cachoeiro de Itapemirim de 1900 a 1904, Presidente do Diretório Eleitoral em 1904, Terceiro suplente de Juiz de Direito da Comarca de Cachoeiro em 1905, passando a segundo suplente por resolução do Tribunal de Justiça. Em 1908, foi eleito Presidente da Câmara, conseguindo ser reeleito até 1912. Fez parte da Comissão parcial do Estado para a eleição do Partido Republicano Conservador, do qual foi membro de sua Comissão Executiva (MUQUI, 2019, p. 20).

Ao ser eleito governador, Marcondes de Souza colaborou decisivamente para a elaboração da Lei nº 827, de 22 de outubro de 1912, a qual determinou a criação do município de Muqui. Por isso, como forma de agradecimento, o grupo escolar da

cidade recebeu seu nome. O primeiro diretor da Unidade de Ensino foi o professor José Francisco Cabral.

Importa ainda destacar que o prédio da escola pesquisada integra o acervo arquitetônico da cidade de Muqui que, com mais de 200 construções antigas e preservadas, é o maior sítio histórico do Espírito Santo, conforme consta no PDI:

O prédio integra o acervo arquitetônico da cidade de Muqui que, com as mais de 200 construções antigas e preservadas, é o maior sítio histórico do Espírito Santo. Situado ao lado do Jardim Público Municipal, ladeado pelo teatro “Neném Paiva” e pela Escola de Música “Manoel Vicente de Castro”, a Escola se destaca entre o casario dos anos 20 e 50, e compõe, com imponência, a beleza urbana da cidade. Para onde se olha, as paisagens, que misturam natureza e prédios antigos, compõem verdadeiros cartões postais (MUQUI, 2019, p. 20).

Em meio a tal cenário, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Marcondes de Souza encontra-se abarcada pela riqueza material e imaterial da cidade, situada no centro da cidade, na Rua Ciro Duarte — local privilegiado. Verifica-se ao seu redor o Jardim Municipal, a Escola de Música e Teatro, ladeado pelo casario histórico de arquitetura antiga, do qual a instituição de ensino também faz parte.

No que diz respeito às ações integradoras da Escola Marcondes de Souza, respectivas ao fomento do patrimônio histórico local, verificam-se as seguintes atividades:

[...] **Arte na Escola** – atividades de estudo e ensaio envolvendo teatro, música e dança, com o objetivo de aproximar os alunos de atividades artísticas e educacionais; descobrir e fomentar os talentos; reforçar a relação entre aluno e escola, no tocante à ideia de pertencimento a este espaço. As atividades são realizadas por meio de um monitor voluntário, com base na portaria 093-R, que institui o programa voluntariado na educação.

Festa Cultural no Arraial – Muqui surgiu de um pequeno arraial, chamado Arraial do Lagarto, devido ao hábito dos moradores de ficarem se aquecendo, de manhã, sobre pedras. Historicamente, a cidade sempre teve como principal atividade econômica a produção agrícola e a criação de gado leiteiro. As festas nas comunidades rurais, conhecidas como festas da colheita – que dialogam com festas da colheita em outras culturas – sempre foram tradicionais. Essa proposta tem como objetivo fomentar a boa convivência, a integração entre família, escola e comunidade.

Semana Cultural – parte integrante do calendário oficial da Secretaria de Educação, que ocorre paralelamente aos Jogos na Rede. Diferentes áreas expõem trabalhos realizados em sala de aula, além de apresentações de caráter cultural – música, dança, teatro, pintura.

Semana Cultural da Leitura – Desde 2009, foi instituída pelo MEC a semana que envolve o dia da criança, 12 de outubro, como a semana da leitura. De lá pra cá, muitas ações têm sido feitas no sentido de valorizar a leitura de

todos os sujeitos da escola, com foco no aprendizado dos estudantes. A escola, por meio da área de Linguagens e Códigos, realizará oficinas de leitura e escrita, ao longo do segundo e parte do terceiro trimestres, com culminância de apresentação dos trabalhos em Outubro (MUQUI, 2019, p. 44-46).

Nesse ínterim, quando o assunto é patrimônio histórico, a cidade de Muqui/ES merece destaque. O Sítio Histórico de Muqui/ES foi tombado por meio da Resolução nº 03/2012, por ato do Conselho Estadual de Cultura, consoante depreende-se do site oficial da Secretaria da Cultural do Estado do Espírito Santo³. Cabe ainda ressaltar que este é o maior já tombado no Espírito Santo e está localizado na sede da cidade, com um total de 186 patrimônios (MUQUI..., 2018, s.p.).

O município conta com construções antigas, como, por exemplo, a Fazenda Santa Rita, a qual está localizada a 5 km do centro e possui a mesma arquitetura desde a época de sua construção, em 1860. Foi a primeira fazenda a possuir luz elétrica e telefone. A imagem 5, conforme data (2018), demonstra que o casarão de dois andares está em boas condições de conservação, com pintura nova e entrada arborizada, o que denota a valorização do patrimônio cultural da cidade.

³ Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Containers/Item/Display/5291>.

Figura 5 – Entrada da Fazenda Santa Rita



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

Figura 6 – Interior da Fazenda Santa Rita



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

A Figura 6 destaca o interior de uma sala de estar com múltiplos móveis e utensílios da época, como dois pequenos pilões, jogo de café/chá e outros objetos, postos sobre uma mesa com pés de madeira com tampo de material similar ao dos

referidos objetos. Há estante com livros (coleções), sofás cobertos por colchas de crochê e almofadas espalhadas. Também há um sofá de palhinha. Uma mesa de canto abriga medalhas/condecoração à mostra, num estojo aberto. O ambiente ainda abriga tapete, plantas naturais e quadro entre as janelas abertas, com pintura a óleo.

Destaca-se também a Igreja Matriz João Batista, fundada em 1917, construída, conforme a arte bizantina, no centro da cidade, representada pelas Figuras 7 e 8.

Figura 7 – Frente da Igreja Matriz João Batista



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

A Igreja Matriz, de estilo bizantino, apresenta a ascensão do cristianismo e a de novas técnicas construtivas. Diante desse contexto, surgiram as monumentais basílicas e as expressões de arte que tinham como objetivo mostrar o poder da religião cristã. Suas principais características são os mosaicos vitrificados, os ícones, as pinturas sacras e as cúpulas. Nas Figuras 7 e 8, podemos observar essas características, com destaque para a torre central entre as cúpulas laterais. O prédio, de boa consistência, aparenta boa conservação.

Figura 8 – Lateral da Igreja Matriz São João Batista



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

Figura 9 – Foto tirada em 2018 do interior da Igreja Matriz São João Batista



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

A Figura 9 focaliza o altar principal, onde se veem, de forma clara, os vitrais coloridos. Há imagens de santos, adornos, toalhas e flores. Embora a fotografia não foque diretamente o teto da cúpula, observam-se pintura a óleo, dois candelabros

posicionados nas laterais, bem como um quadro na parede à direita. Há cadeiras estofadas de vermelho para convidados especiais e/ou membros da igreja que compartilham as cerimônias.

Na Figura 10, evidencia-se o Jardim Municipal. Sabe-se que em 1914, tratava-se apenas de uma área com vasta vegetação. Em 1919, o jardim passou por um processo de arborização, "tendo seu acesso por uma escadaria de dois degraus que se transformou em um parque de visitação por muitos turistas que o cercava e um chafariz ao meio" (MUQUI..., 2018, s.p.).

Figura 10 – Jardim Municipal de Muqui/ES



Fonte: Muqui... (2018). Foto: Hilquias Darcley (2018).

Ante o exposto, infere-se a importância das ações de valorização do patrimônio histórico e cultural do local em apreço por meio dos ensinamentos escolares, a fim de perpetuar características únicas da cidade de Muqui/ES por meio das gerações que vão se formando dentro do ambiente escolar. A educação patrimonial, como forma de despertar o sentimento dos alunos de pertencer a determinada cultura, é capaz de moldar os discentes em formação para o exercício pleno de sua cidadania.

O patrimônio histórico sociocultural do povo brasileiro vai muito além das diferenças culturais e é repleto de múltiplas manifestações, de várias naturezas: material, imaterial, científico, artístico e ambiental. Cabe a cada comunidade construir para si o significado de quais são os elementos constituintes da sua identidade local e coletiva e preservar os seus lugares de memória (SILVA, 2017, p. 1).

Desse modo, enfatizar os estudos da história local por intermédio da educação patrimonial é um forte instrumento para "permitir o pensamento crítico" dos estudantes (SILVA, 2017, p. 01), garantindo um melhor desenvolvimento da capacidade de respeitar as diferenças culturais e sociais e suas manifestações.

4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CURRÍCULO ESTADUAL E INTERDISCIPLINARIEDADE

O Currículo do Espírito Santo 2020, referente ao Ensino Fundamental, anos finais, dentro da área de Ciências Humanas, foi elaborado em estreita conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (2017), a fim de resguardar e aprimorar a educação no Brasil, utilizando-se ações democráticas e integrativas para que o acesso à Educação seja garantido a todos. Inicialmente menciona-se a citação de Hannah Arendt (2011), a qual reflete acerca da responsabilidade que envolve o ato de educar e o futuro, demonstrando a real importância da educação em um contexto amplo, fundamentada na dignidade da pessoa humana:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDRT, 2011, p. 247).

Sabe-se que a Base Nacional Comum Curricular, documento com força de norma, define o arcabouço de aprendizagens e conhecimentos que todos os alunos precisam desenvolver durante sua vida estudantil, a fim de que seja possível estabelecer uma educação de qualidade no país.

No que diz respeito aos Temas Integradores no Currículo do Espírito Santo, fazendo referência à BNCC, foram incluídas novas temáticas para repensar questões singulares e características de cada região. Dessa forma, a Educação Patrimonial toma forma como matéria fundamental para reconhecer e valorizar a preservação do patrimônio cultural brasileiro e do Espírito Santo.

Os processos educativos oriundos dessa proposta devem buscar a construção coletiva do conhecimento, por meio do diálogo, de visibilidade, de

combate ao preconceito e às intolerâncias e também da ocupação desses espaços, além de disseminar noções importantes e abrangentes de sobre o patrimônio histórico e cultural capixaba (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 35).

Para tanto, a Educação Patrimonial surge como tema integrador e regado de interdisciplinaridade, uma vez que almeja desenvolver melhor percepção e raciocínio do aluno frente ao desenvolvimento da ocupação humana, e compreende-se como habilidade a ser trabalhada na disciplina de Geografia, com os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental. A interdisciplinaridade da Educação Patrimonial é trabalhada nos currículos escolares:

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (ORÍÁ, acesso em 12 dez. 2020).

Neste segmento, a transversalidade também é um conceito imprescindível para reflexão na forma de se organizar as áreas a serem estudadas pelos alunos, inserido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), com a definição estabelecida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. No documento referente aos Temas Transversais, define-se transversalidade como:

Possibilidade de se estabelecer na prática educativa uma relação de se aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1998, p. 30).

Dentro da disciplina de História, a Educação Patrimonial também surge com o escopo de que os alunos possam compreender o processo percorrido até os dias atuais e suas relações com culturas mais remotas, sendo possível uma análise crítica quanto à atuação como cidadãos no mundo atual. Trata-se também de uma competência específica: "Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 107).

A partir do exposto, é possível constatar que a aplicação da Educação Patrimonial nas escolas consiste em uma forte ferramenta para ensinar aos discentes resgatar o patrimônio cultural de um modo geral, cooperando para a formação de cidadãos mais responsáveis com o processo de valorização de suas memórias.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo pretende fundamentar a verificação dos dados produzidos a partir do procedimento de entrevista com os professores da Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES, sendo selecionados aqueles que lecionam as disciplinas de Artes, História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências e Geografia, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Sabe-se que a entrevista é uma forma segura de coletar informações, as quais serão transcritas de forma consciente e elaborada. Quanto à análise dos dados colhidos, é cediço que

[...] os dados que podem ser analisados, tendo como procedimento de coleta uma entrevista, são inúmeros e o produto verbal transcrito é um dos possíveis recortes desses dados. Dessa forma, temos optado, atualmente, por utilizar as expressões informações advindas da entrevista, dados advindos da entrevista, verbalizações advindas das entrevistas, ao invés da expressão a entrevista foi transcrita e analisada, pois, como apontamos, muitas podem ser as informações transcritas, de natureza verbal ou não-verbal, e muitos podem ser os dados a serem analisados (MANZINI, 2006, p. 371).

Nesse sentido, destaca-se que a entrevista em apreço trará questionamentos acerca da formação acadêmica do professor, sua atuação na escola em apreço, turmas e disciplinas que leciona. Questiona-se acerca do conhecimento do profissional a respeito da Educação Patrimonial e da relação entre essa temática e o conteúdo trabalhado por ele em sala de aula.

Discute-se ainda se o educador acredita que o estudo da Educação Patrimonial em sala de aula, as práticas educacionais transformadoras e as estratégias voltadas à conservação do patrimônio complementam e estimulam um comportamento mais positivo de seu aluno como cidadão; questiona-se também se há interesses dos alunos a respeito desse tema. Quanto ao currículo escolar, buscou-se indagar se abrange o contexto histórico local, com fins de preservar e valorizar o patrimônio cultural da cidade de Muqui/ES.

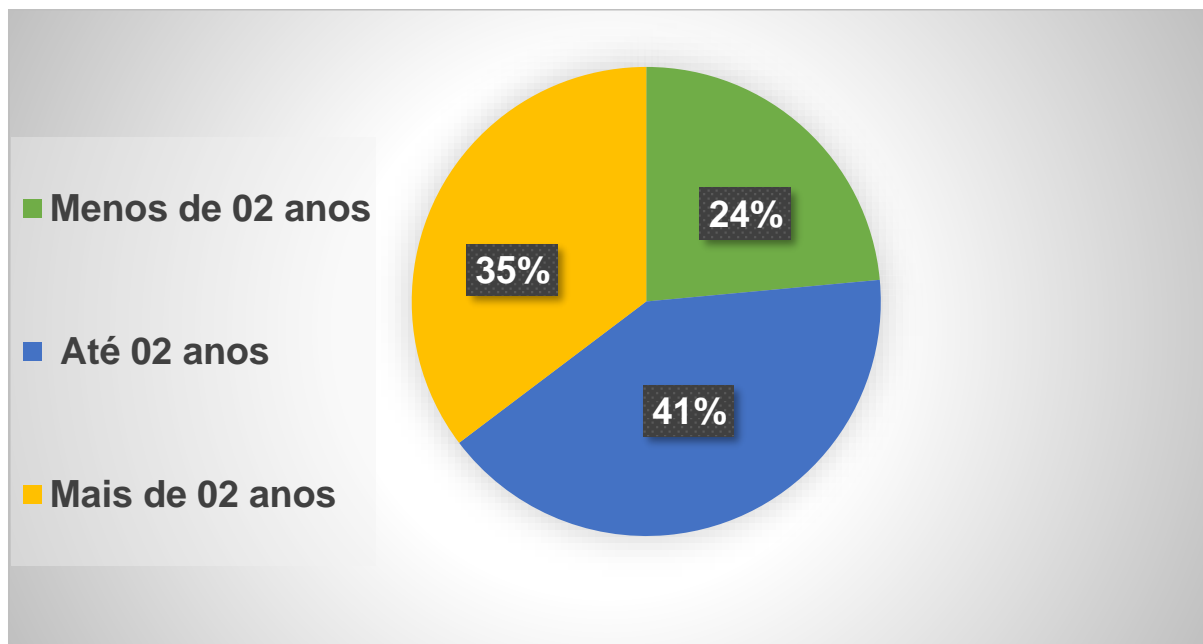
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Por meio da realização das entrevistas, foi possível alcançar maior veracidade nos resultados obtidos, de forma a alcançar com êxito o objetivo geral do presente estudo, no que tange à análise acerca do desenvolvimento das ações referentes à

Educação Patrimonial no processo educativo na construção do conhecimento individual e coletivo dos alunos da Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES.

Em um apanhado geral, infere-se que todos os entrevistados possuem, no mínimo, oito meses de atuação na escola em apreço, sendo que o mais antigo na função possui dez anos. Assim, alcança-se uma média de três anos de exercício do magistério na Escola Estadual Marcondes de Souza, com os profissionais atuando há pelo menos dois anos na instituição.

Gráfico 1 – Tempo de atuação na Escola Estadual Marcondes de Souza



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa (2020).

O entrevistado A, com Licenciatura Plena em Educação Artística, apresenta conhecimento prévio acerca da Educação Patrimonial, englobando o patrimônio material e imaterial quanto à importância e à preservação, relacionando a disciplina de Artes ao aspecto arquitetônico, ao período, às academias e às inspirações. Já trabalhou com a temática em sala de aula por meio de atividade escrita, para que o aluno escolhesse um modelo pertencente ao tombamento do sítio histórico e, a partir da escolha, desenvolvesse uma pesquisa sobre o prédio contendo informações sobre a construção, período, família e finalidade, incluindo um desenho do prédio pintado em tela por um educando. Consta ainda que o entendimento acerca da Educação Patrimonial faz com que o aluno se sinta pertencente ao lugar em que está inserido, nascendo a pretensão de protegê-lo.

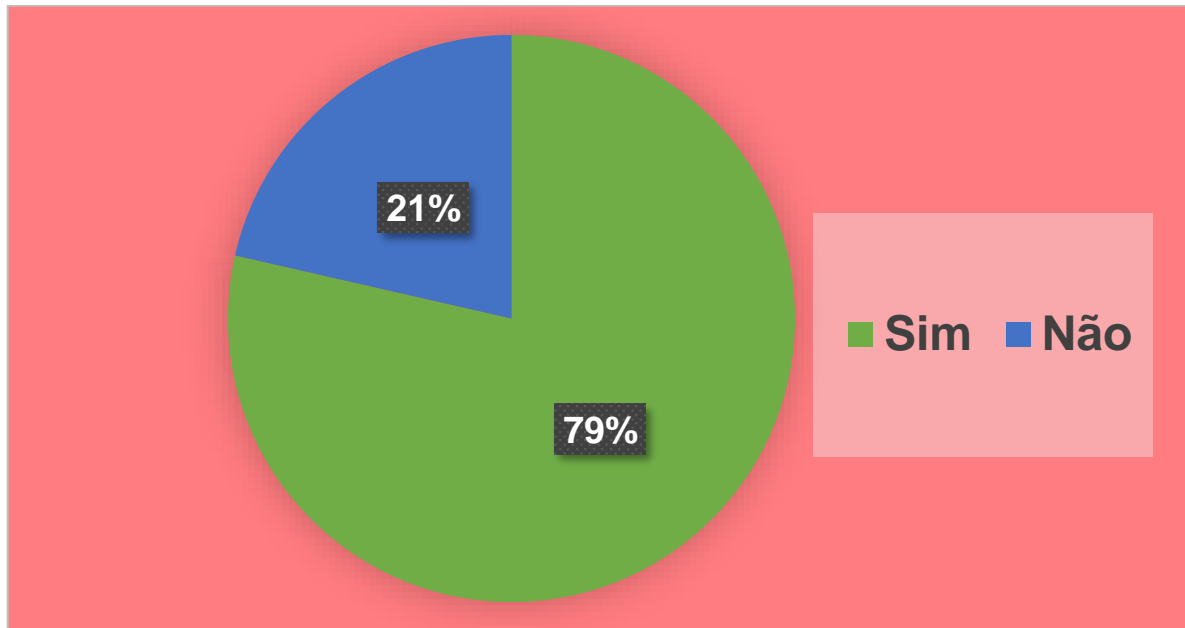
O entrevistado B, especialista em Geografia Geral e do Brasil, aponta que a Educação Patrimonial consiste em aprender com o mundo e a cultura que é construída ao seu redor, destacando que já trabalhou com seus alunos a respeito da temática em apreço e afirmando que há grande interesse dos alunos pela temática. Descreve acerca do grande acervo de patrimônio cultural e arquitetônico da cidade de Muqui/ES.

O entrevistado C categoriza a Educação Patrimonial como uma forma de instruir a população (crianças, jovens, adultos e outros) de um determinado lugar sobre a valorização das heranças culturais presentes onde vivem, desde patrimônios físicos até os culturais, no caso Folia de Reis. Informou também que já trabalhou com seus alunos a respeito do tema, aplicando atividade de pesquisa sobre o desenvolvimento do município, o reconhecimento da História, a identificação dos casarios (Patrimônio Cultural) e as manifestações culturais em datas comemorativas.

Cabe evidenciar que a maioria dos entrevistados (Gráfico 2) foram positivos ao mencionar que o estudo da Educação Patrimonial em sala de aula, as práticas educacionais transformadoras e as estratégias voltadas à conservação do patrimônio complementam e estimulam um comportamento mais positivo do aluno como cidadão, já que a cidade em que se localiza a escola objeto da pesquisa é, por si só, um sítio histórico, sendo um patrimônio preservado e admirado dentro e fora do Brasil. Nesse sentido, cabe apresentar em dados mais específicos os profissionais que já atuaram com a temática da Educação Patrimonial em sala de aula.

O entrevistado D, professora de Ciências, afirma a importância da inserção desse estudo em sala de aula e estimula o comportamento do aluno, pois se trata de "um processo ativo de conhecimento e de apropriação da cultura em seus múltiplos aspectos e de sua trajetória temporal". Segue o Gráfico 2, que apresenta em porcentagem o número de professores que já trabalharam com a temática em apreço em sala de aula:

Gráfico 2 – Professores que já trabalharam com a temática em sala



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa (2020).

O entrevistado E, atuante nas Ciências Exatas, também se mostrou apto a discorrer acerca da Educação Patrimonial, afirmando que quando se refere à qualidade da educação, o respeito e a conservação do patrimônio escolar e público estão inclusos no conhecimento que o aluno adquire para ser um cidadão crítico e participativo na sociedade na qual está inserido.

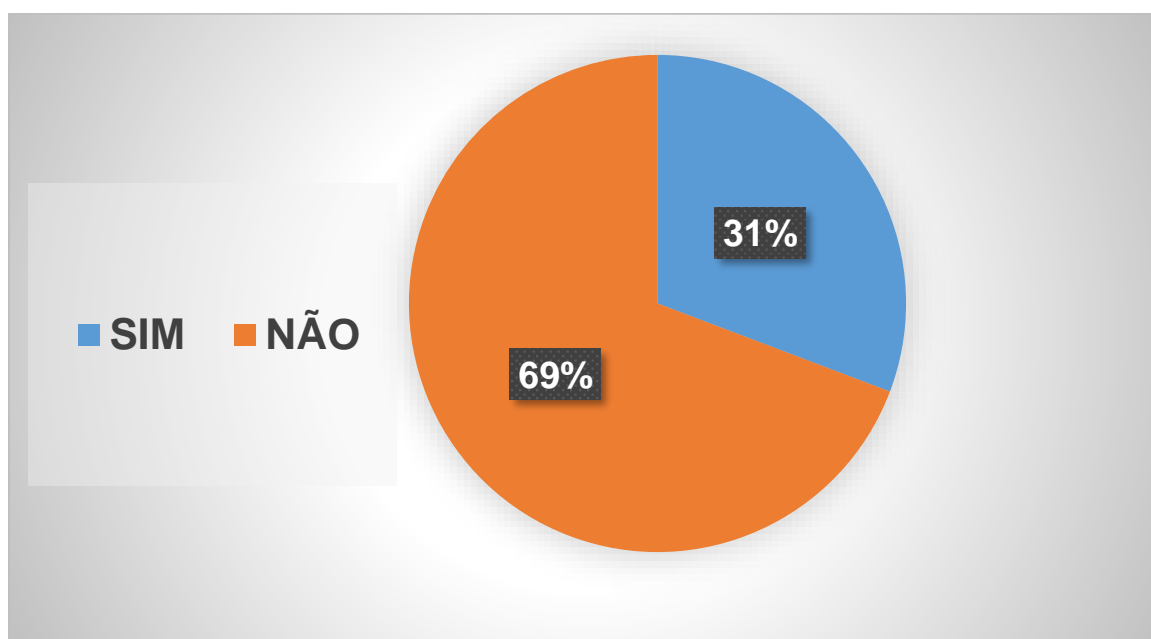
Em outro segmento, o entrevistado F, professor com Licenciatura Plena em História, foi enfático em valorizar o tema da Educação Patrimonial, principalmente porque a cidade de Muqui/ES é um sítio histórico, tombado em nível estadual, dando destaque às fazendas antigas do período da escravidão que ainda existem no local, bem como as casas rústicas que precisam ser preservadas. Cabe evidenciar que o profissional mencionou que nas atividades aplicadas em aula observa a correlação entre a História do Brasil e o Sítio Histórico de Muqui/ES:

[...] o sítio histórico de Muqui procuro relacionar quando estudamos os povos a economia cafeeira, às fazendas antigas à colonização Colonial Portuguesa e expulsão de povos indígenas que habitaram no entorno de onde hoje é a cidade de Muqui; e também a chegada dos emigrantes de várias nacionalidades que vieram para nosso município nos séculos XIX e XX (Professora de História, Entrevista, 2020).

Quanto ao interesse dos alunos pela temática da Educação Patrimonial, ressalta-se que, por não ser um tema muito explorado, acaba não provocando o entusiasmo esperado. Muitas vezes, os alunos ficam divididos, sendo que parte deles

até gostam do assunto, enquanto a parte que não possui interesse defende a ideia de que "preservar o que é considerado "antigo" seria um atraso (alunos dizem que seus pais falam isso e que eles concordam com os pais)" (Entrevista, 2020). A seguir, os dados referentes ao interesse dos alunos pela temática da Educação Patrimonial:

Gráfico 3 – Interesse dos alunos acerca do tema "Educação Patrimonial"



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa (2020).

Sobre esse segmento da pesquisa, destacam-se as palavras introduzidas pela professora da disciplina de Educação Física, a qual demonstrou ser necessário que o profissional desenvolva o interesse do aluno a respeito da Educação Patrimonial, para que ele compreenda o seu significado e entenda a importância do assunto na prática do dia a dia.

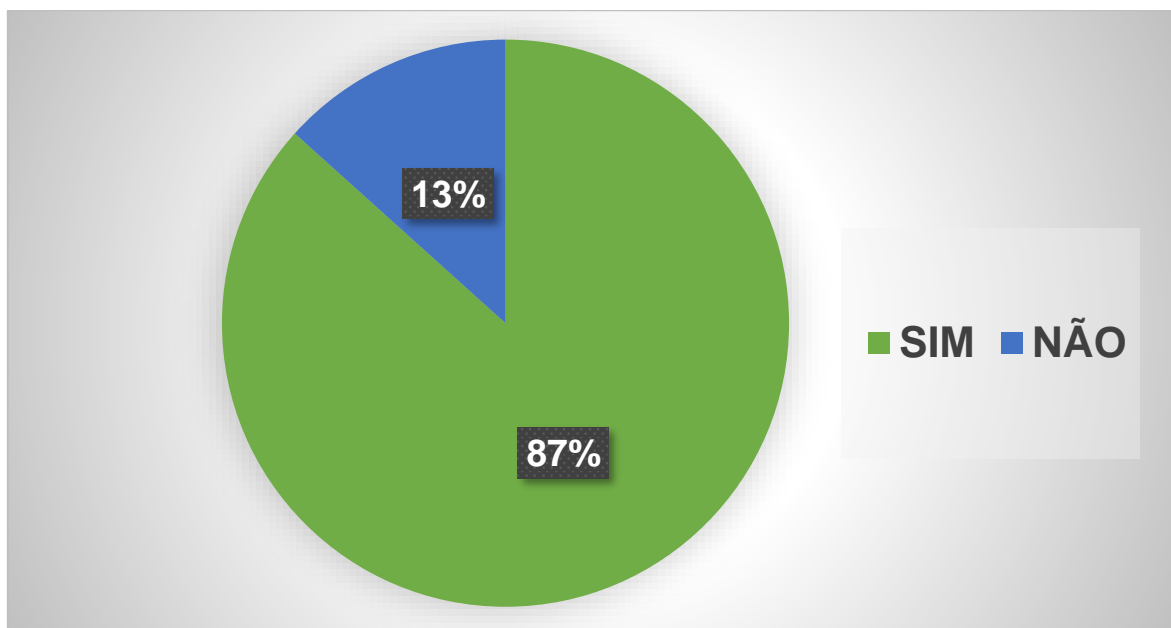
Nas experiências que já tive na abordagem do tema, logo de início os alunos se mostram desinteressados. Mas a partir do momento que passam a conhecer sobre o tema passam a ter mais interesse. Por isso é uma temática que deve ser adotada com mais frequência, atentando-se para o fato do município de Muqui ter muitos movimentos culturais que precisam ser mais valorizados e explorados para a construção do conhecimento (Professora de Educação Física, Entrevista, 2020).

Imprescindível destacar também acerca do posicionamento dos professores entrevistados sobre a introdução da temática da Educação Patrimonial dentro da sala de aula. Grande parte dos interlocutores mencionou a necessidade de maior exploração do tema nas diferentes áreas do conhecimento e disciplinas, uma vez que a valorização do patrimônio cultural pelos alunos está estritamente ligada ao

conhecimento sobre o assunto, além de que os conteúdos e conceitos abordados precisam estar vinculados à realidade vivenciada pelos alunos, para que a aprendizagem seja mais prazerosa e significativa, aproximando-se a teoria da prática. Para a professora de História, "esse conteúdo é de extrema importância, que continue trabalhando esse tema estando no currículo ou não, podemos inserir de forma cotidiana relacionando aos nossos conteúdos, sempre que possível". Além disso, afirma "estar aberto ao diálogo com os alunos quando surgirem perguntas sobre o tema, esclarecendo as dúvidas e incentivando na preservação do nosso Patrimônio Cultural". Entendemos que é possível preservar o patrimônio cultural, uma vez que eles constituem a herança patrimonial. É esse legado que nos torna participantes de forma individual e coletiva de nossa cultura e no exercício pleno de autonomia e cidadania.

Quanto ao questionamento acerca do contexto histórico local e sua incorporação ao currículo da Escola Estadual Marcondes de Souza, a maior parte dos entrevistados respondeu positivamente, no sentido de que há relação entre o papel dessa escola na preservação e na valorização do patrimônio cultural, justificando que o prédio onde funciona a escola, por si só, já é patrimônio histórico cultural do município. No entanto, também houve críticas construtivas no sentido de que os professores precisam abordar mais a temática em suas atividades docentes. Veja-se o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Incorporação do contexto histórico ao currículo da Escola Estadual Marcondes de Souza



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa (2020).

Resta ainda aclarar que os entrevistados deixaram suas opiniões a respeito do profissional que introduz, no conteúdo abordado em sala de aula, a temática de Educação Patrimonial, de forma bastante positiva. Para o professor de Ciências e Biologia, "ele consegue construir com os alunos um pouco da história, da cultura, e também do meio social e ambiental em que vivem e convivem, ensinando a respeitar as diferentes culturas e os diferentes saberes". No entanto, também registrou-se acerca das dificuldades na tratativa do assunto, uma vez que há certa relutância dos alunos, justamente por ausência de incentivo e de apoio de outros professores: "criou-se um comodismo e falta de interesse pelo conteúdo".

Nesse ínterim, infere-se que os entrevistados foram unânimes no reconhecimento da importância da temática da Educação Patrimonial, mas apresentaram dificuldades nas ações quanto à efetiva aplicação no processo de formação escolar dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES. O tema gerou interesse e mostrou-se relevante na atualidade, uma vez que os jovens alunos não têm sido instigados a conhecer o patrimônio cultural da cidade. Esse sentimento de pertencimento precisa ser acolhido e reproduzido na educação escolar, aproveitando-se da interdisciplinaridade para enraizar os aspectos da cultura local como fonte de identidade social.

5.2 PRODUTO

Diante da globalização, o uso das redes de computadores inovou a comunicação e a transferência de informação no mundo inteiro. Com o amplo acesso a todo o conteúdo disponível na rede e considerável velocidade na transmissão dos dados, é impossível fugir desta realidade tecnológica: a *Internet*. Com esse grande avanço na tecnologia de comunicação de dados, é indiscutível a importância da *Internet* para os diversos segmentos sociais, sendo que a descoberta de novos serviços e recursos é constante.

O surgimento da ideia de conexão se deu na década de 1960, quando a *Advanced Research Agency* (Arpa), órgão criado pelo Departamento de Defesa americano, precisou desenvolver uma rede que permitisse a conexão entre outras redes, visando à criação de diversas rotas entre os computadores interligados para

auxílio do governo estadunidense durante a Guerra Fria. A rede foi chamada de Arpanet e passou a se expandir cada vez mais, conforme ensina Rolim:

[...] A comunicação se dava por comutação de pacotes e visava, dessa forma, diminuir a fragilidade das comunicações existentes até aquele momento, visto que, até então, o conceito de rede que existia era o centralizado, onde todos os dados eram armazenados em computadores centrais, onde buscavam todas as informações. Em plena Guerra Fria, isso era uma fragilidade para o governo americano e um problema a ser solucionado. A rede que atendia a solicitação foi chamada de ARPANET. Com a expansão do uso se interconectou com outra rede desenvolvida pela NFS, com os mesmos padrões da ARPANET e os mesmos intuítos. Mas a expansão do uso continuava e o governo americano percebeu que não podia mais controlar essa grande interligação que estava ocorrendo e passou o controle dos acessos para o meio civil e com o passar do tempo, todo esse enlace formou o que chamamos de Internet (ROLIM, 2020, p. 117).

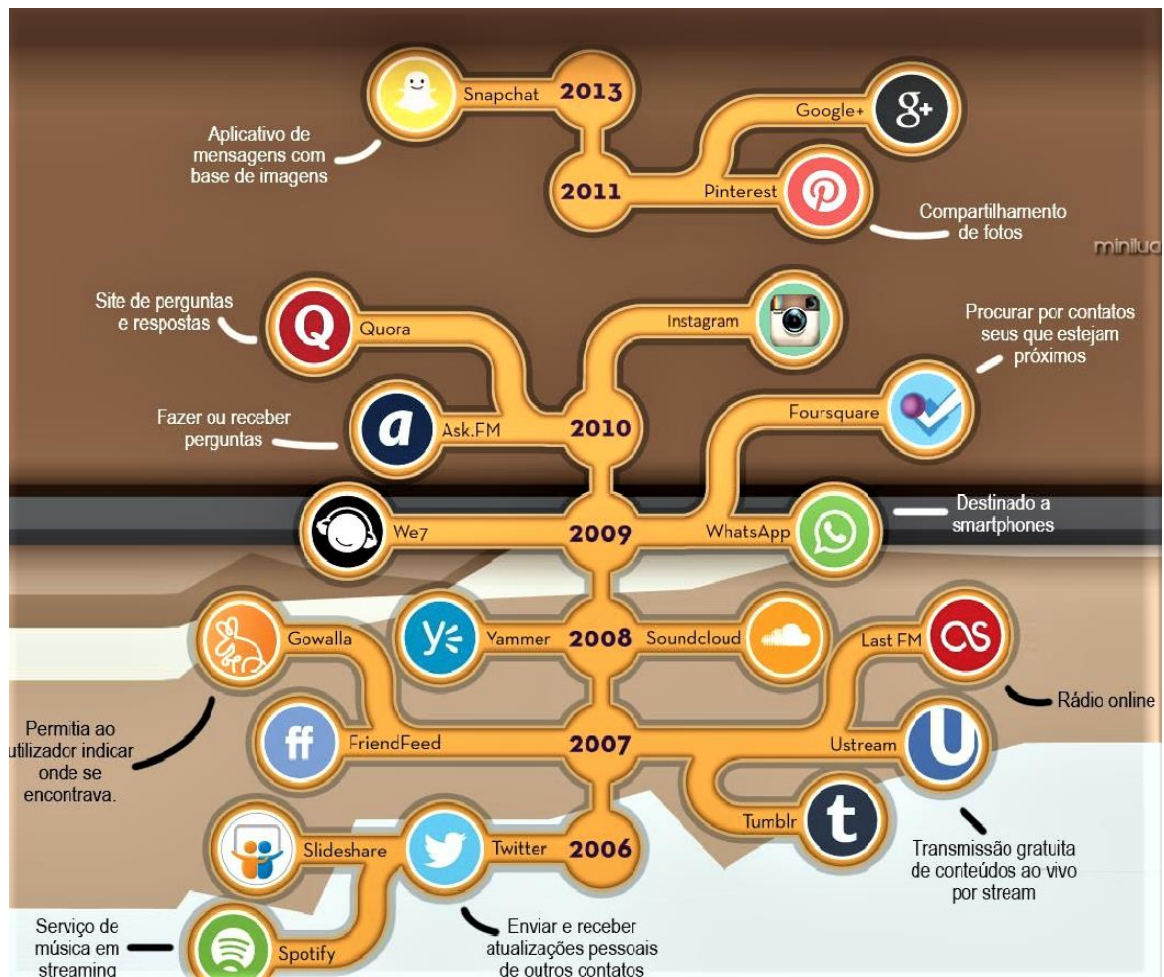
Em que pese o término da Guerra Fria, o mecanismo tecnológico criado passou a ser utilizado pelas universidades para pesquisa acadêmica, sendo assim amplamente difundida a ideia de compartilhamento de dados e informações em todo o mundo. No que tange ao desenvolvimento da Internet no Brasil, observa-se que as universidades exerceram um papel de forte influência na troca de informações com as universidades americanas:

No final da década de 80, academias brasileiras trocavam informações com instituições americanas, mas foi só em 1995 que provedores puderam comercializar o acesso e expandi-lo, saindo dos domínios do governo e migrando para o público em geral. No mesmo ano, uma novela exibida no horário nobre abordava o advento da Internet e a possibilidade de duas pessoas conversarem, pela rede, de locais opostos no mundo. A partir daí, a Internet deixava de ser um assunto apenas para especialistas em informática para se tornar uma ferramenta de comunicação, entre outras funções que ela assumiria com o passar dos anos. E não foi preciso esperar tanto tempo assim para constatar a transformação da internet e suas consequências para o usuário (A EVOLUÇÃO..., acesso em 19 out. 2020).

Com a popularização do acesso à *Internet*, a conexão passou a integrar o dia a dia da sociedade como um fator de estreita relação com a expansão da troca de informações. Diante da constante necessidade de se comunicar, as pessoas passaram a criar seus perfis nas chamadas "redes sociais" que direcionam interesses comuns para interação entre os indivíduos. Em 1995, foi criada por Randy Conrads a primeira rede social conhecida como *ClassMates*. Já em 1997, Andrew Winreich criou o *site Six Degress*, o qual permitia que os usuários trocassem mensagens entre si e adicionassem contatos ao seu perfil. Nos anos de 2002 e seguintes, surgiram o *Frendster*, *MySpace* e o *LinkedIn* (PETRIN, acesso em 20 out, 2020).

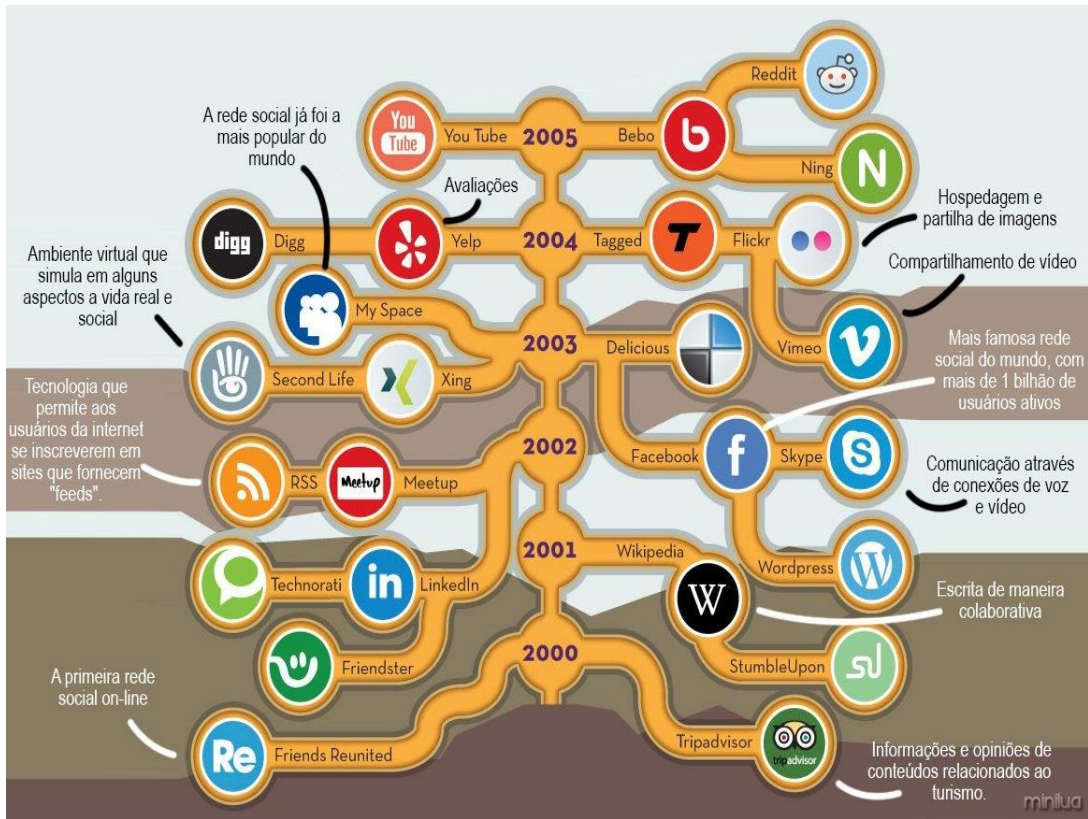
Quanto ao desenvolvimento das redes sociais no Brasil, a criação do *Orkut* em 2004 gerou intensa comoção social, sendo superado em 2006 pelo *Facebook*, atualmente a rede social mais popular do mundo, "[...] contando com mais de 1 bilhão de usuários, sendo 67 milhões somente no Brasil. O *Google+* está em segundo lugar, seguido pelo *Youtube* e pelo *Twitter*" (PETRIN, acesso em 20 out. 2020). Segue o "Infográfico" a respeito da evolução das redes sociais:

Figura 11 – Evolução das Redes Sociais de 2006 a 2013



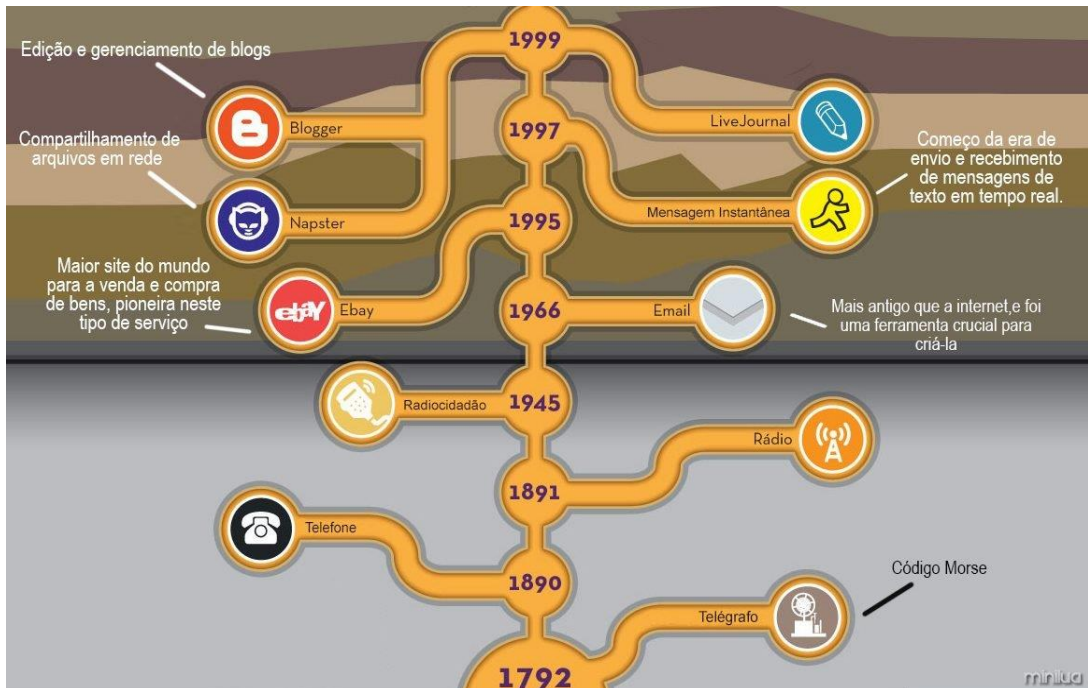
Fonte: Martins (2016).

Figura 12 – Evolução das Redes Sociais de 2000 a 2005



Fonte: Martins (2016).

Figura 13 – Evolução das Redes Sociais de 1972 a 2000



Fonte: Martins (2016).

Diante do exposto, é sabido que a *Internet* e suas redes sociais são ferramentas, atualmente, imprescindíveis para o compartilhamento de informações em alta velocidade, com eficácia comprovada no que tange à comunicação entre indivíduos, independentemente do espaço físico em que se encontrem. Pensando nisso, o produto desta dissertação consiste na criação de uma página na rede social conhecida como *Instagram*, com dedicação integral à temática voltada para a Educação Patrimonial, mantida pela autora deste trabalho e por alunos da escola pesquisada.

Inicialmente, ressalta-se que o *Instagram* ocupa lugar de destaque entre as redes sociais no mundo todo. Os milhões de usuários compartilham fotos e vídeos, trocam *likes* em seus perfis divulgando momentos de sua vida pessoal ou, até mesmo, promovendo suas empresas de forma comercial. Sobre sua criação, segue a narrativa:

O *Instagram* foi fundado pelo americano Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger em outubro de 2010, que à época possuíam uma empresa desenvolvedora de softwares. A rede social foi criada sem qualquer tipo de capital ou modelo de negócio pré-estabelecido. Os primeiros investidores começaram a aparecer em 2011 e injetaram apoio financeiro de US\$ 7 milhões. Desde então, não parou de crescer (ALENCAR, 2016).

Mesmo com poucos anos de existência, o *Instagram* possui uma extensa rede de usuários conectados. Segundo informações retiradas do sítio eletrônico techtudo, "[...] a rede social fechou 2015 com mais de 400 milhões de usuários ativos no mundo inteiro e isso representa um grande potencial comercial" (ALENCAR, 2016). Destaca-se:

O Brasil ocupa um lugar de destaque no Instagram, pois é o segundo com o maior número de usuários e interações (mais de 29 milhões de usuários ativos por mês em 2015). O país perdeu apenas para os Estados Unidos, terra-natal do criador do aplicativo. Segundo os representantes da rede social, os assuntos que os brasileiros mais gostam de compartilhar são viagens, fotos de comida e eventos. Os números do Instagram são uma bela fonte de curiosidades. Por dia, são compartilhadas cerca de 80 milhões de fotos. O número de curtidas também é impressionante, são mais de 3,5 bilhões de curtidas diariamente. Rio de Janeiro e São Paulo estão entre as 10 cidades mais curtidas no mundo todo [...] Em média, cada usuário usa o programa por cerca de 257 minutos no mês. E 65% dos usuários checam o aplicativo apenas uma vez por dia. Já 35% entram no software várias vezes ao dia (ALENCAR, 2016, s.p.).

O uso frequente dessa rede chama atenção uma vez que "[...] o brasileiro está entre os dois primeiros no *ranking* da população que fica mais tempo nas redes sociais, sendo em média mais de 3h30 por dia" (JOVEM..., 2019). Segundo

reportagem realizada pelo Jornal Olhar Digital, "[...] a juventude brasileira escolheu o *Instagram* como a rede social do momento [...] jovens de classe média, entre 17 e 25 anos, passam em média 1h e 32 minutos conectados à rede social por dia" (JOVEM..., 2019).

Além do fator chave da quantidade de usuários, o *Instagram* é diferenciado pelo fácil acesso. Outro ponto é que as tecnologias digitais e comunicacionais estão ganhando a cada dia mais força, principalmente entre os jovens. Esse meio digital favorece formas personalizadas e criativas para fazer divulgação de determinado produto, uma vez que as pessoas passam boa parte do tempo acompanhando as notícias e postagens dos amigos.

A fim de corroborar a orientação dos alunos do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Marcondes de Souza, localizada na cidade de Muqui/ES, acerca do estudo da Educação Patrimonial, foi criada a página do *Instagram* disponível no *link* <https://www.instagram.com/danielleealunos/?igshid=a3qciyn4aebv> com o objetivo de fomentar a valorização do Patrimônio Histórico Cultural do município em apreço, de forma a contribuir para a orientação dos discentes e para o auxílio dos educadores na abordagem dessa temática.

A página em comento é composta de imagens e legendas que retratam o sítio histórico de Muqui/ES, seus aspectos culturais, seus patrimônios materiais e imateriais e os pontos turísticos a serem visitados na cidade. Outrossim, há publicações que descrevem a história da Escola Estadual Marcondes de Souza, com a narrativa de sua história e ênfase na educação patrimonial por meio de atividades desenvolvidas na Instituição de Ensino.

Até a presente data, após a criação da página do *Instagram* em 20 de outubro de 2020, já são 10 publicações e 352 seguidores, conforme se pode constatar nas figuras a seguir:

Figura 14 – Página do *Instagram*

< **daniellealunos** ...



10 **352** **0**
Publicações Seguidores Seguindo

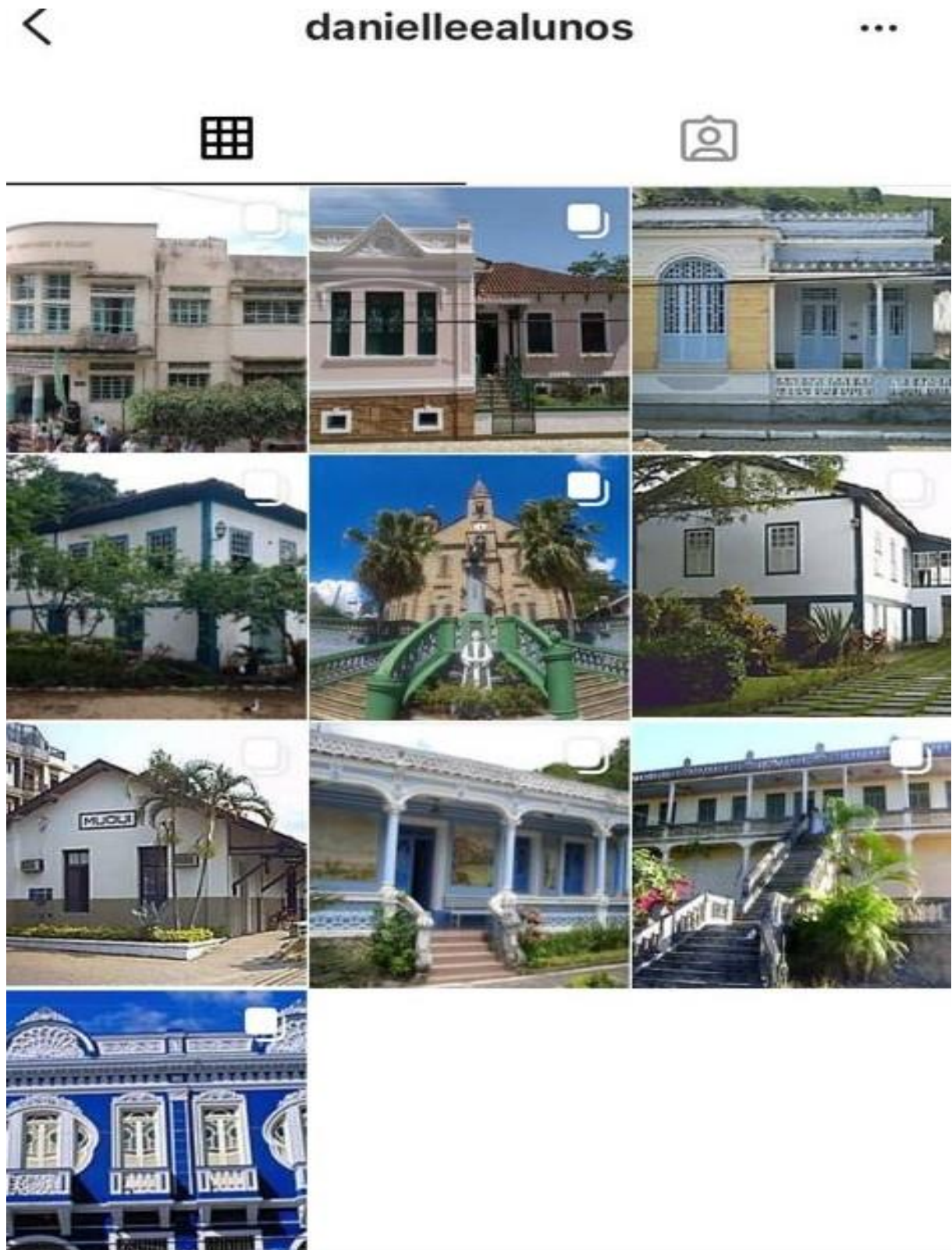
DANIELLE CORREIA SANTANA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Formação dos Alunos do Ensino Fundamental II da E.E Marcondes de Souza - Muqui/ES.
 Seguido por **bartolomeu_barelli_chihuahua** e **katrianabraganascimento**
Ver tradução

Seguindo ▾ Mensagem ▾ ▾

📱 📷



Fonte: Santana (2020).

Figura 15 – Página do *Instagram*

Fonte: Santana (2020).

A primeira postagem disponível na página do *Instagram*, no que tange à ordem cronológica de publicações, consiste em duas fotos do Palacete Bighi, fundado em

1928 — uma importante edificação da cidade de Muqui/ES. A fachada principal do local possui aberturas em formato oval e reto, com acesso ao pavimento superior por meio de avarandados laterais.

Dando continuidade na navegação da página, também é possível verificar três fotos do Palacete Rambalducci, edificação construída em 1928, com discretas modificações nas características originais do prédio, fator que coopera em muito para a monumentalidade do palacete.

Duas fotos da Casa Ana Fraga, construída em 1927, também figuram como publicação, uma vez que a edificação possui fachada simétrica com platibanda adornada em arco e é formada por colunas com adornos coríntios, sendo internamente decorada com pinturas florais.

O Centro Cultural Wolfango Ferreira, construído em 1902, também possui destaque na página do *Instagram*, pois em 1901 chegaram na cidade de Muqui/ES as primeiras pontas de trilho da estrada de Ferro Leopoldina, sendo inaugurada a Estação em janeiro de 1902, construída em estilo inglês, conservando, até os dias atuais, suas características originais, sendo o local adaptado para abrigar a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a Biblioteca Municipal Cyro Duarte, a casa dos Artes e o Terminal Rodoviário Municipal.

A conhecida Fazenda dos Andes, bela propriedade construída no início do século XX, chama atenção por suas características italianas, possuindo sete quartos, quatro salas, uma sala de jogos, uma coleção de armas, porão, jardim, cozinha, banheiros, piscina e dois quiosques. Próxima à Fazenda está uma mata nativa para caminhada, um poço para a criação de peixes e granja com criação de aves. Ainda no que diz respeito às fazendas, a Fazenda Santa Rita ocupa o sétimo lugar nas postagens da página do *Instagram*, com cinco imagens de suas acomodações. A propriedade possui extensa área verde, trilha, córrego, plantas e pedras. É possível observar no local grandes mangueiras, pés de jabuticaba, pontes e ainda uma figueira com mais de 200 anos.

Outrossim, a Matriz São João Batista compõe o rol de publicações, com cinco imagens de sua formação, sendo construída em 1937. Consta que a primeira capela foi construída em 1902, sendo reformada em 1915, devido ao grande desenvolvimento alcançado pela cidade nessa época.

Ademais, chama a atenção a residência de Jorge Nunes Acha, edificada em 1923, com características ecléticas, construída no alinhamento da rua, mas com

afastamentos laterais. Possui avarandado com o telhado sustentado por colunas coríntias, sendo a varada composta de um barrado em azulejo retratando o Corcovado, ainda sem o Cristo Redentor.

A penúltima postagem da rede social mostra cinco imagens da Casa Poty Formel, construída em 1927, com porão alto e plantas em formato L, jardim frontal e paredes internas decoradas com pinturas.

Em publicação mais recente, constam quatro imagens referentes à Escola Marcondes de Souza, relacionadas na seção 3.1 desta dissertação, sendo que na Figura 1 está o prédio construído nos anos 40, na Figura 2 vê-se a Praça de Muqui e as Figuras 3 e 4 retratam a atual fachada da escola respectiva, após reforma.

Dessa forma, infere-se que a propagação do patrimônio histórico e cultural do município de Muqui/ES e da escola pesquisada, por meio da página na rede social *Instagram*, tem sido uma fonte de valiosas informações a respeito da temática em apreço. Verifica-se a conservação e a reabilitação históricas da cidade, desenvolvendo o conhecimento crítico dos alunos sobre o planejamento de conservação de bens materiais e imateriais envoltos na cultural local, com o exercício da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva da Educação Patrimonial, buscou-se uma abordagem para o ensino e a aprendizagem de História, os quais utilizam as informações disponíveis da cultura e dos ambientes humanos construídos como principais recursos instrucionais. A abordagem de Educação Patrimonial visa fortalecer a compreensão dos alunos sobre conceitos e princípios acerca de história e cultura, enriquecendo a sua apreciação pelas realizações artísticas, contribuições sociais e econômicas dos diversos grupos. Por isso, nutre um senso de continuidade e conexão com nossa experiência histórica e cultural, incentivando os cidadãos a considerar suas experiências históricas e culturais no planejamento para o futuro; ademais, promove a mordomia em relação aos legados de nossa herança local, regional e nacional.

A busca pela preservação dos bens imateriais diante das várias destruições das culturas ao longo dos séculos causa certa agitação emocional, o que sempre é, especialmente em nossa época, portanto, a preocupação com o que deve ser protegido e/ou restaurado.

A partir desse momento, a preocupação com a preservação do patrimônio deixa de ser uma questão dirigida tão somente aos bens imóveis — associados, normalmente, à valorização da cultura dominante —, passando a prestigiar outras instâncias da sociedade, como a defesa do meio ambiente e a pluralidade cultural do povo brasileiro, tanto de origem material quanto imaterial.

Todo o processo voltado em estabelecer uma perspectiva histórica sobre os arranjos legais para a proteção dos patrimônios imateriais, seguidos de uma apresentação como “patrimônio” incluído nas diretrizes legais, passou a ser uma questão imbuída pela preservação dos patrimônios arquitetônicos, considerado patrimônio a ser preservado e transmitido às futuras gerações. Dessa forma, para além de um sentido estático que, por vezes, ou por vício ou mesmo por ingenuidade, caracteriza o patrimônio, deve-se pensar esse legado como um espaço em que se constituem práticas sociais, cujas relações são a um só tempo complexas, dinâmicas e dependentes daqueles que nelas se envolvem.

Ao mesmo tempo em que possuímos heranças culturais e arquitetônicas, sabemos das ameaças também oriundas dos efeitos das mudanças, e é aí que a intervenção pública para sua preservação deve permitir que os conhecimentos se

inspirem no antigo para fazer o novo. Além disso, essa preservação pode realmente favorecer o desenvolvimento de setores-chaves da economia de um país, como o turismo, que é o mais alcançado.

Assim, a Educação Patrimonial ocorre sempre que interagimos com o mundo ao nosso redor, também ocorrendo nas escolas sempre que os professores introduzem exemplos da cultura material e constroem o ambiente durante as aulas. Ao visitar, examinar e avaliar diretamente edifícios, monumentos, locais de trabalho, paisagens e outros locais e artefatos históricos — objetos de nossa cultura material e ambiente construído — os alunos adquirem conhecimento, habilidades intelectuais e atitudes que aprimoram suas capacidades de manutenção e preservação, bem como melhoria da nossa sociedade e modos de vida.

REFERÊNCIAS

- A EVOLUÇÃO da Internet. *In*: PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/marketing/a-evolucao-da-internet/43698>. Acesso em: 19 out. 2020.
- ALENCAR, Felipe. **O que é Instagram?** Texto disponibilizado em 7 nov. 2016. *In*: Techtudo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2016/02/o-que-e-o-instagram.html>. Acesso em: 20 out. 2020.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- ARANTES. Antonio A. Sobre o inventário e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *In*: ANUÁRIO Antropológico 2007-2008. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2008. p. 173-222.
- ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre Morais. Brasil. Constituição 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 9 dez. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII – o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v.3.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História**: metodologia do ensino da história. Curitiba: Base Editorial, 2012.
- CACEMIRO, Jaqueline Verly; COSTA, Mônica Pontes da; SANTANA, Danielle Correia. **A manifestação cultural Boi Pintadinho**: desvelando suas relações territoriais no município de Muqui - ES. 2007. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim, 2007.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Educação Patrimonial e Sociedade**. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, n. 3, jan./fev. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
- DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo Perspec.**, v.15, n. 2, p. 61-67, /abr./jun. 2001.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Currículo do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/curriculo-do-espírito-santo>. Acesso em: 9. Dez. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 2.947, de 16 de dezembro de 1974**. Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1974. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/secult/Leis/Lei%202.947.1974%20de%20Tombamento.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/lphan, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia>. Acesso em: 20 out. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

HUMBERTO Capai capta a riqueza imaterial de Muqui. Texto disponibilizado em 26 nov. 2012. *In*: **Século Diário**, Vitória, 2012. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/humberto-capai-capta-a-riqueza-imaterial-de-muqui>. Acesso em: 30 set. 2020.

JOVEM brasileiro passa 1h30 por dia no Instagram, mas quase não lê. Texto disponibilizado em 30 maio 2019. *In*: OLHAR DIGITAL. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/jovem-brasileiro-passa-1h30-por-dia-no-instagram-mas-quase-nao-le/86337>. Acesso em: 21 out. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. *In*: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Edufes, 2006. p. 243-254.

MARTINS, Diego. **A evolução das mídias sociais** Texto disponibilizado em 23 set. 2016. *In*: Minilua. Disponível em: <https://minilua.com/evolucao-das-midias-sociais>. Acesso em: 21 out. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2017. Acesso em: 9 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (Brasil). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais. Brasília, 1998.

MORIN, Edgar. **Problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-América, 1991.

MUQUI (Espírito Santo). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Muqui, 2019. MUQUI: sítio histórico mais rico do Espírito Santo. Texto disponibilizado em 8 ago. 2018. *In*: ESBRASIL. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/muqui-sitio-mais-rico-does/>. Acesso em 9 dez. 2020.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Pinheiro de. Institucionalização da memória – Igreja da Venerável Terceira Ordem de São Francisco da Penitência: questão patrimonial. **Morpheus**, v. 3, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero09-2006/icleiathiesen.htm>. Acesso em: 3 out. 2020.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial**: conhecer para preservar. Disponível em: www.minc.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

PETRIN, Natália. **O que são Redes Sociais**. *In*: Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/redes-sociais>. Acesso em: 20 out. 2020.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Introdução. *In*: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.) **Cadernos do patrimônio cultural: Educação Patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

ROLIM, Emannelle Gouveia. **Informática**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm. 2020.

SANTANA, Danielle Correia [@danielleealunos]. **Educação Patrimonial**: formação dos alunos do Ensino Fundamental II da E.E Marcondes de Souza - Muqui/ES. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/danielleealunos/?igshid=a3qciyn4aebv>.

SILVA, Aletícia Rocha da. Patrimônio cultural e ensino de História: a Educação Patrimonial como estratégia de ensino de história local e regional. *In*: SIMPÓSIO

NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UNB, 2017. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502031269_ARQUIVO_AEDUC_ACAOPATRIMONIALCOMOESTRATEGIADEENSINODEHISTORIA.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVEIRA, M. A. C. **O reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental em São Mateus - ES**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2017.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. Disponível em: http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/cdcoloquio/eixo_02/E2-104a.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. *In*: IPHAN, Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva., Rio de Janeiro: IPHAN; CNFCP, 2006. (Série Encontros e Estudos. n. 5).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1 – Qual sua formação acadêmica?

2 – Há quanto tempo atua na Escola Estadual Marcondes de Souza? Com quais turmas e quais disciplinas?

3 – Segundo seu ponto de vista, o que é Educação Patrimonial? Existe relação entre esta temática e a disciplina que você leciona? Comente.

4 – Já trabalhou com seus alunos a respeito do tema Educação Patrimonial? Se sim, quais atividades aplicou?

5 – Você acredita que o estudo da Educação Patrimonial em sala de aula, as práticas educacionais transformadoras e as estratégias voltadas à conservação do patrimônio complementam e estimulam um comportamento mais positivo de seu aluno como cidadão?

6 – Você observa interesse dos alunos a respeito da temática da Educação Patrimonial? Justifique em caso negativo.

7 – Você acredita que o contexto histórico local está incorporado ao currículo da escola Estadual Marcondes de Souza? Há relação entre o papel desta escola na preservação e valorização do Patrimônio cultural?

8 – Diante de todo o seu aprendizado, limitações e, principalmente, da sua profissão, o que você tem a dizer para um profissional que introduz no conteúdo abordado em sala de aula a temática da Educação Patrimonial?

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
MARCONDES DE SOUZA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, ocupante do **cargo de diretor** da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARCONDES DE SOUZA, do Município de Muqui/ES, autorizo a realização nesta instituição de ensino a participação dos professores do Ensino Fundamental I da pesquisa com o título **“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E AÇÕES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA ESTADUAL MARCONDES DE SOUZA – MUQUI/ES”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Danielle Correia Santana, tendo como objetivo primário (geral) analisar se Escola Estadual Marcondes de Souza – Muqui/ES desenvolve ações acerca da Educação Patrimonial como processo educativo na construção do conhecimento individual e coletivo. Afirmando que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Muqui/ES, _____ de _____ de 2020

Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ da instituição coparticipante.

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO
PROFESSOR**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Eu, _____

concordo em participar da pesquisa Intitulada: **“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA ESTADUAL MARCONDES DE SOUZA – MUQUI/ES”**, objeto de estudo da mestranda Danielle Correia Santana, da Faculdade Vale do Cricaré, sob orientação da Professora Doutora Sônia Maria da Costa Barreto, do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação. Assim, tenho conhecimento de que:

1. A participação na pesquisa será respondendo a uma entrevista com questões semiestruturadas;
2. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir com a pesquisa na compreensão a respeito do conceito de Educação Patrimonial e a atuação dos profissionais da rede municipal de educação.
3. Os resultados da pesquisa serão destinados exclusivamente à elaboração do trabalho de pesquisa e publicações acadêmicas;
4. As respostas dadas ao instrumento de coleta de dados, neste caso a entrevista – ficará em arquivo pessoal da pesquisadora por 5 anos que, após esse período, será inutilizado;
5. Fica assegurada a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo se recusar a responder perguntas que me cause constrangimento, sem nenhum prejuízo à minha pessoa;
6. Fica assegurada uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como participante da pesquisa;
7. Será assegurado esclarecimento de dúvidas quando necessário;
8. Fica esclarecido que não receberei remuneração por participar da pesquisa;

9. Caso haja dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos, é possível entrar em contato pelo telefone: (27) 99700-7496 ou por e-mail: geografiadanielle@gmail.com.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

A assinatura a seguir representa o meu aceite em participar do estudo, bem como fica assegurada minha privacidade.

Muqui/ES, ____ de _____ de 2020.

Danielle Correia Santana
Pesquisadora

Assinatura do Participante